

## Quem disse ?

«O êxito da luta contra o terrorismo internacional de origem islâmica só pode passar pelo seu cuidadoso isolamento dentro do próprio mundo islâmico e não pela amálgama de uma pretensa cruzada da civilização cristã-ocidental contra o islamismo»

**Vital Moreira**  
Público, 18 de Setembro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## PR escreve ao Parlamento

### Combater terrorismo hoje mesmo

O papel do Estado na luta contra o terrorismo internacional e a reestruturação das Forças Armadas devem ser objecto de um debate sério e ponderado. Este foi o apelo lançado ao Parlamento pelo Presidente da República.

Numa mensagem enviada à Assembleia da República, Jorge Sampaio disse que quer «urgência» na reestruturação das Forças Armadas e na adequação da Lei de Programação Militar (que aguarda votação) e anunciou que vai convocar o Conselho de Estado e o Conselho de Defesa Nacional. Sampaio afirmou que o Parlamento será «fundamental» para definir a legislação sobre segurança interna e a reestruturação das Forças Armadas, que deve ser discutida antecipando-se «à pressão das conjunturas».

Numa altura de «viragem histórica» após os atentados terroristas nos Estados Unidos, o Presidente quer mostrar aos portugueses que «a segurança democrática do Estado foi reforçada», apelando à coesão entre as instituições sociais e à capacidade de resposta da economia.

Jorge Sampaio pediu aos partidos para manterem «total disponibilidade para um diálogo que nem sempre será fácil» e que levará a «delicadas e difíceis decisões» num combate ao terrorismo que deve começar «hoje mesmo».

O chefe de Estado admitiu que a resposta aos atentados terroristas nos Estados Unidos depende de «acções políticas, diplomáticas e, se necessário, militares», sendo urgente «rever os métodos e os planos em que a cooperação para a paz e segurança devem decorrer».

«A resposta à ameaça terrorista não será dada num dia», disse, pelo que a «discussão é crucial».

## ORÇAMENTO DE ESTADO 2002

### PS DEFENDE APROVAÇÃO PARA ENFRENTAR DIFICULDADES EXTERNAS



O PS defendeu no dia 18 que Portugal precisa de ter unidade, estabilidade interna e um Orçamento de Estado – com consciência social mas também virado para a modernidade do País – aprovado num momento em que a conjuntura internacional está a tornar-se muito complexa. A posição socialista foi assumida pelo camarada Jorge Coelho, no final da ronda de audiências do primeiro-ministro com os partidos com assento parlamentar, em que ficou patente, mais uma vez, a demagogia e a falta de sentido de Estado dos partidos da oposição de direita, mergulhados numa luta sem tréguas pela liderança dos sectores mais conservadores da nossa sociedade.

#### Governo

### Grandes Opções do Plano Estratégia governativa em destaque



As Grandes Opções do Plano (GOP), que o Executivo acaba de apresentar aos parceiros sociais (Conselho Económico e Social/CES), constituem a estratégia governativa a que se dará corpo no Orçamento de Estado para 2002. Nas GOP são fixados os montantes de investimento para a concretização das metas propostas nos diversos sectores da vida nacional.

#### Governo

### Minho Guterres e Ferro Rodrigues adjudicam novas auto-estradas



O Governo continua apostado no desenvolvimento do País, realizando obras estruturantes desde há muito reclamadas pelos autarcas e populações. Neste quadro, a adjudicação da concessão de auto-estradas sem pagamento de portagens do Litoral Norte, a quinta SCUT do Continente, foi assinada segunda-feira no Santuário da Senhora do Minho, em Viana do Castelo, na presença do primeiro-ministro.



## Unidade em torno do OE-2002

Após a segunda ronda de audiências com os partidos com assento parlamentar, efectuada esta semana pelo primeiro-ministro, António Guterres, em S. Bento, uma ideia resulta: o empenho que o Governo está a colocar na viabilização do próximo Orçamento de Estado procurando obter o maior consenso possível com os outros partidos.

Ciente das dificuldades e dos entraves que a oposição está a colocar, Guterres mostrou-se desde já disponível para efectuar uma nova ronda de conversações com os partidos, antes de entregar a proposta orçamental na Assembleia da República, cujo prazo termina a 15 de Outubro.

A saída da audiência com o Governo, Jorge Coelho, que liderou a delegação do Partido Socialista, salientou a importância da unidade de todos os partidos em torno do próximo OE num momento em que a conjuntura internacional está a tornar-se muito complexa.

Acompanhado por Francisco Assis, Narciso Miranda, Edite Estrela e Maria de Belém, Jorge Coelho advertiu que Portugal precisa de ter um Orçamento aprovado e um clima de «unidade e coesão», num momento em que a situação internacional se revela cada vez mais instável. Apesar de ainda não se ter chegado a um consenso, o secretário coordenador do PS mostrou-se muito confiante na realização de um acordo com os partidos da oposição. «Esperamos que haja uma maioria a aprovar o Orçamento na Assembleia da República e estamos optimistas que isso irá acontecer» salientou, adiantando que «o Governo está a fazer aquilo que lhe compete, discutindo o Orçamento de Estado com todas as forças políticas».

A delegação do Partido Socialista que se deslocou a S. Bento, transmitiu ao primeiro-ministro o desejo do PS em ter um Orçamento de Estado com consciência social, mas também virado para a modernização do País.

No final desta segunda ronda negocial António Guterres voltou a apelar ao empenhamento de todos os partidos na discussão do Orçamento de Estado de 2002, «sobretudo por se tratar de um momento de particular incerteza à escala mundial». «É muito importante o empenhamento de todos em criar as condições para que a nossa economia possa sair de tudo isto da melhor maneira possível e, por isso, espero de todos o mesmo grau de abertura e de diálogo que o Governo põe nestes contactos», disse.



## CORRIGIR ASSIMETRIAS NO SECTOR DA SAÚDE

O «Acção Socialista» referia na primeira página que a correcção de assimetrias no sector da saúde era uma das medidas de orientação aprovadas em Conselho de Ministros.

O interior e as suas carências na área da saúde estavam nas prioridades do Governo do Bloco Central.

O PS continuava a preparar, como referia o jornal, o seu V Congresso. Cerrar fileiras e promover a unidade interna, numa altura em que o PS assumia funções governativas, em plena recessão, era um imperativo que devia ser assumido por todos os socialistas, pondo de lado naturais divergências que sempre fizeram do PS o partido mais democrático do espectro político-partidário.

Para além da actividade do Governo, o «AS» dava destaque como habitualmente às intervenções dos deputados socialistas na AR e à intensa actividade das secções e núcleos espalhados pelo País. **J. C. C. B.**

22 de Setembro

Quem disse?

«Cultura não se confina a realizações de "prestígio"»

Coimbra Martins



## Autárquicas Capacidade eleitoral alargada sai em «Diário da República»

A lista dos 25 países cujos cidadãos podem votar nas eleições autárquicas portuguesas foi publicada, na quinta-feira, dia 13, no «Diário da República».

Numa declaração conjunta dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, o diário oficial publica também a lista dos 18 países, além de Portugal, cujos nacionais podem ser candidatos nas mesmas eleições.

A capacidade eleitoral activa (o direito de votar) abrange todos os países da União Europeia (UE) e ainda o Brasil, Cabo Verde, Argentina, Chile, Estónia, Israel, Noruega, Peru, Uruguai e Venezuela.

A capacidade eleitoral passiva (poder ser eleito) abrange os países da União Europeia, Brasil, Cabo Verde, Peru e Uruguai.

Os imigrantes cabo-verdianos – cerca de

14 mil dos 20 mil estrangeiros inscritos nos cadernos eleitorais – são dos principais beneficiários da medida.

Foi há quatro anos que, na sequência de uma directiva comunitária, a capacidade eleitoral activa e passiva nas eleições locais foi alargada aos nacionais dos outros países da UE.

Nessa ocasião, Portugal decidiu alargá-la também aos países que oferecem os mesmos direitos aos portugueses residentes nos seus territórios.

O decreto que marca as eleições autárquicas para 16 de Dezembro foi publicado na semana passada no «Diário da República».

A 22 de Outubro termina o prazo para apresentação de candidaturas e de 4 a 14 de Dezembro decorre a campanha eleitoral.

## Pecuária BSE diminui em Portugal

A incidência do número de casos de BSE confirmados em Portugal vem diminuindo, de forma consistente, desde há 22 meses, após o «pic» da doença ocorrido em Setembro de 1999.

No primeiro semestre de 2001, no seguimento da aplicação atempada pelo Governo português, das medidas de proibição de utilização de proteínas na alimentação animal, o que não aconteceu na maioria dos Estados-membros da União Europeia, o número de casos de BSE diminuiu 45 por cento em Portugal, contrariamente ao verificado nomeadamente em Espanha (68), Alemanha (94), Itália (20), Holanda (9), Bélgica (12), em que houve um aumento significativo dos mesmos.

O consumo da carne de vaca de origem nacional atravessa um bom momento,



traduzido na consistência das respectivas cotações, não obstante existir alguma contenção no que se refere ao escoamento das vacas de refugio, categoria que, tradicionalmente, apresenta tendência para menor valorização comercial, o que é corroborado pela última informação da Bolsa do Mercado do Bovino.

## Braga 46 empresas em situação irregular em Julho

A Segurança Social de Braga detectou 46 empresas em situação irregular em Julho, com 36.385 contos (181.925 euros) de contribuições em atraso, referentes a 341 trabalhadores.

O Centro Distrital da Segurança Social adiantou, em comunicado, que as irregularidades foram encontradas durante uma fiscalização efectuada a 114 empresas, durante a qual foi possível recuperar 11.949 contos (59.745 euros), correspondentes aos 11 por cento para a Segurança Social indevidamente retidos pelas empresas.

Segundo a fonte, foram detectados 318 trabalhadores não declarados à Segurança Social e 23 sobre os quais haviam sido declarados salários inferiores aos efectivamente pagos.

No mesmo mês, os fiscais do organismo estatal visitaram um número não indicado de trabalhadores independentes, 60 por cento dos quais em situação irregular.

Relativamente aos beneficiários de prestações sociais, foram visitados 705, dos quais 686 utentes de subsídio de doença, nove de prestações de desemprego e 10 de Rendimento Mínimo Garantido.

Nestas valências, a Segurança Social encontrou 256 doentes em situação irregular, dois desempregados que já o não eram e três beneficiários do Rendimento Mínimo em igual situação.

Desta acção resultou uma poupança para o Estado de cerca de 10 mil contos (50 mil euros).

## PS DEFENDE APROVAÇÃO PARA ENFRENTAR DIFICULDADES EXTERNAS

**O PS defendeu no dia 18 que Portugal precisa de ter unidade, estabilidade interna e um Orçamento de Estado – com consciência social mas também virado para a modernidade do País – aprovado num momento em que a conjuntura internacional está a tornar-se muito complexa. A posição socialista foi assumida pelo camarada Jorge Coelho, no final da ronda de audiências do primeiro-ministro com os partidos com assento parlamentar, em que ficou patente, mais uma vez, a demagogia e a falta de sentido de Estado dos partidos da oposição de direita, mergulhados numa luta sem tréguas pela liderança dos sectores mais conservadores da nossa sociedade.**

**M**arcada logo à partida pela ausência (birra, «show-off» ou pura demagogia?) de Paulo Portas, que se recusou encontrar com António Guterres, a ronda de audiências terminou com a apresentação das habituais exigências ao Governo e sem evolução na posição dos diversos partidos. O líder do PSD, Durão Barroso, aproveitou a sua deslocação a S. Bento para anunciar que, pasme-se, apresentará em breve um segundo programa de emergência para a economia.



Durão Barroso, apresentando-se como o lídimo representante da direita dos interesses, defendeu, pela enésima vez, a revogação da reforma fiscal, um dos cavalos-de-batalha dos sectores mais privilegiados da nossa sociedade. Em resposta, pela voz do ministro da Presidência e das Finanças, o Governo manifestou-se disponível para, no quadro parlamentar, adoptar medidas para aperfeiçoar a reforma fiscal, mas advertiu que «continuará fiel aos princípios de desagramento dos impostos para os trabalhadores por conta de outrem e de combate à fraude e evasão fiscal».

Bem diferente foi a resposta de Guilherme d' Oliveira Martins relativamente a uma outra exigência de Durão Barroso - uma auditoria externa às contas públicas - da qual se demarcou, alegando que a política económica e financeira do executivo já é controlada pelo Tribunal de Contas e por instâncias europeias. Negativa foi também a resposta do ministro das Finanças à exigência feita pelo secretário-geral do PCP para que seja suspensa a participação de Portugal no pacto de estabilidade, por forma a permitir a elaboração de um Orçamento em 2002 com políticas de expansão nos salários e no

investimento. A exigência foi feita no final da audiência com António Guterres, que serviu para Carlos Carvalhas apresentar ao primeiro-ministro oito sugestões de políticas para constarem na proposta orçamental do Executivo.

### Estabilidade interna

O PS encerrou a ronda de audiências defendendo a ideia de que Portugal precisa de ter unidade, estabilidade interna e um Orçamento aprovado num momento em que a conjuntura internacional está a tornar-se muito complexa.

A posição foi assumida pelo secretário-coordenador dos socialistas, camarada Jorge Coelho, que se encontrava acompanhado dos camaradas Francisco Assis, Narciso Miranda, Edite Estrela e Maria de Belém.

Num momento em que a situação internacional se revela instável, o secretário coordenador dos socialistas, Jorge Coelho, chamou a atenção para a necessidade de Portugal ter um Orçamento aprovado e um clima de «unidade e coesão». «Face a este momento internacional de grande complexidade é fundamental que Portugal tenha segurança e estabilidade», acentuou ainda o secretário coordenador dos socialistas, que disse ter transmitido ao primeiro-ministro o desejo do PS de ter um Orçamento de Estado com consciência social, mas também virado para a modernização do País. **J.C.C.B.**

## GUTERRES RECUSA CONDIÇÕES E IMPOSIÇÕES DE PORTAS

**O** primeiro-ministro, António Guterres, recusou no dia 14 a condição prévia colocada pelo presidente do CDS-PP, Paulo Portas, para continuar a participar nas rondas de conversações sobre o Orçamento de Estado de 2002. Recorde-se que, em carta enviada para a residência oficial do primeiro-ministro, e publicada na semana passada em diversos órgãos de Comunicação Social, Portas fez depender a sua participação na audiência de segunda-feira, em São Bento, sobre o Orçamento de Estado do próximo ano, de uma garantia de Guterres de que não negociará a proposta orçamental com deputados individualmente.

Na resposta a Paulo Portas, o primeiro-ministro deu uma autêntica lição de pedagogia democrática ao líder do PP.

Na missiva, o chefe do Governo disse não fazer sentido «impor condições a qualquer partido da oposição para concretizar o diálogo democrático».

«Menos sentido fará ainda que seja a mesma oposição a pôr condições prévias para o diálogo político com o Governo, nomeadamente quando este cumpre o próprio estatuto da oposição», sustentou ainda António Guterres.

Para o primeiro-ministro, caso o Governo e oposição enveredassem por uma lógica de imposição de condições prévias em relação a quaisquer conversações, «estaríamos a caminhar no sentido do envenenamento da nossa vida democrática, transformando o diálogo, base do funcionamento do sistema democrático, em simples pretexto para um espectáculo político e eticamente condenável». «Nesse sentido, o Governo continua

interessado em discutir seriamente as opções do Orçamento de Estado com o PP, desde que, obviamente, nenhuma das partes queira impor condições prévias, aliás totalmente alheias à nossa tradição democrática», sublinhou o primeiro-ministro.

Numa mensagem ainda destinada a reforçar o convite para que Paulo Portas comparecesse segunda-feira na audiência em São Bento, Guterres disse esperar que «o PP não abdique desta oportunidade de intervir na elaboração do Orçamento de Estado, em nome das políticas que defende e da forma como vê a concretização do interesse nacional».

No primeiro parágrafo da carta dirigida ao presidente do CDS-PP António Guterres fez uma referência ao facto de a missiva de Paulo Portas apenas ter chegado a São Bento, alguns dias após ter em parte sido publicada na Comunicação Social.

«Respondo, com todo o gosto, à sua carta, anunciada repetidamente nos jornais desde sábado passado e que acabo de receber», observou.

A seguir, lembrou que o Governo decidiu promover este ano «com profundidade o cumprimento cabal do estatuto da oposição que determina a consulta dos respectivos partidos na própria elaboração do Orçamento, o que acontece pela primeira vez na nossa história democrática».

«Trata-se de uma iniciativa de grande seriedade e alcance, cujo objectivo é criar as condições para um consenso político e parlamentar tão amplo quanto possível em torno do Orçamento de Estado, a bem do País», reiterou o chefe do Governo, tentando assegurar ser apenas este aspecto «que está em causa» com a ronda de audiências com os partidos da oposição.

## ESTRATÉGIA GOVERNATIVA EM DESTAQUE

**As Grandes Opções do Plano (GOP), que o Executivo acaba de apresentar aos parceiros sociais (Conselho Económico e Social/CES), constituem a estratégia governativa a que se dará corpo no Orçamento de Estado para 2002. Nas GOP são fixados os montantes de investimento para a concretização das metas propostas nos diversos sectores da vida nacional. Depois de obterem o parecer do CES, as GOP 2002 serão submetidas pelo Governo à Assembleia da República, que as aprovará ou não juntamente com o Orçamento de Estado para o próximo ano.**

### **C** IÊNCIA E TECNOLOGIA Cooperar globalmente para vencer

O Executivo planeia desenvolver e reforçar a cooperação internacional em matéria de Ciência e Tecnologia, aplicando os resultados na actualização científica e tecnológica nacional. Para isso será prosseguido o Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias do Espaço, em articulação com a participação de Portugal na Agência Espacial Europeia (ESA) e a colaboração com a NASA. As GOP apontam para o reforço dos investimentos em ciência e tecnologia, dinamizando, ao mesmo tempo, a

coordenação, observação e avaliação do sistema científico e tecnológico nacional. O Governo promete manter a prática de financiamento de projectos e programas de investigação em todos os domínios científicos, assim como o apoio a programas de investigação orientados para o interesse público.

### REFORMA DO ESTADO Voto electrónico e lei eleitoral para AR

A alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República, que prevê a introdução de círculos uninominais, e a discussão sobre o voto electrónico são as prioridades do Governo para a reforma do sistema político em 2002.

As GOP para a Reforma do Estado e da Administração Pública prevêem, além das alterações do sistema político, a reforma da administração do Estado e o reforço do papel das novas tecnologias da informação na «aproximação do cidadão» ao Estado. O Governo prevê ainda apresentar um relatório sobre as causas da abstenção, através de um protocolo entre o Ministério da Administração Interna e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A simplificação e qualificação de processos administrativos, a criação de uma comissão de acompanhamento aos Institutos Públicos e a realização de auditorias de gestão para eliminar «serviços com missões redundantes ou esgotadas» são os objectivos para a reforma da Administração Pública.

### ADMINISTRAÇÃO LOCAL Modernizar IGAT e descentralizar

O Governo pretende desenvolver as capacidades dos 308 municípios e 4240 freguesias.

Algumas das medidas iniciadas este ano, como a transferência de competências para as autarquias, acções de formação e de organização, vão ter continuidade em 2002, ano em que o Executivo tenciona também investir na modernização da Inspeção-Geral de Administração do Território (IGAT), inscrita entre os principais investimentos a realizar. As GOP preconizam uma nova cultura organizacional, assente na produtividade, responsabilidade, competência, rigor, inovação e espírito de iniciativa, que será desenvolvida com recurso a programas de formação e qualificação dos recursos humanos e meios tecnológicos das organizações autárquicas.

### AMBIENTE Reforçar conservação da natureza

Segundo as GOP em matéria de ambiente, o Executivo prevê continuar a reforçar com meios financeiros a política de conservação da natureza, implementando a respectiva Estratégia Nacional, aprovando uma nova lei-quadro e estimulando a investigação científica. Mantém-se o objectivo de garantir para 2002 que todas as áreas protegidas tenham o respectivo plano de ordenamento. No próximo ano, a gestão dos recursos hídricos vai ser marcada pela implementação do Plano Nacional da Água e dos Planos de Bacia, concluídos este ano.

A elaboração de um Programa Nacional de Ordenamento do Território é a prioridade em matéria de ordenamento do território.

### CULTURA Nova lei para audiovisual, cinema e multimédia

A aprovação de um novo quadro legislativo para o cinema, audiovisual e multimédia destaca-se nas Grandes Opções do Plano para 2002 relativas à Cultura, que assumem

os *media* como «poderosíssimo instrumento de divulgação cultural».

Este contexto abre caminho a «uma política de desenvolvimento do audiovisual que passe por uma acção conjugada do ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia), dos operadores de televisão e dos criadores e produtores nacionais (...)». No plano legislativo, as GOP incluem ainda a regulamentação da Lei do Património (aprovada no ano em curso) e a proposta de revisão parcial do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos.

Muitas das medidas contempladas visam uma linha de acção considerada «fundamental» pelo ministério, que diz respeito ao «desenvolvimento e consolidação» das redes de leitura pública, de museus, de arquivos, de cine-teatros e outros recintos de espectáculo, de centros culturais polivalentes e de «sítios» patrimoniais.

### ECONOMIA PIDDAC aumenta 7 por cento

O programa de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração central (PIDDAC) para 2002 ascende a 1328 milhões de contos, um crescimento de sete por cento em relação ao ano anterior.

Os investimentos do PIDDAC, quantificados nas GOP para 2002, deverão, assim, crescer a uma taxa superior à do produto interno bruto (PIB), em termos nominais.

O capítulo 50 do Orçamento de Estado, que define a participação do Estado no financiamento do PIDDAC, verá assim o seu peso no PIB manter-se perto dos cinco por cento e representar 18 por cento da formação bruta de capital fixo.

Os montantes comprometidos ascendem a 578 milhões de contos, mais 6,7 por cento que em 2001.

O financiamento através dos recursos financeiros nacionais (PIDDAC mais outras fontes) sobe 9,6 por cento em 2002, enquanto o financiamento por fundos comunitários cresce apenas 3,8 por cento, quando já está em vigor o terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

### PIDDAC 2002 – Distribuição

Ministérios	2002	2001
Encargos Gerais da Nação	5,1	4,9
Negócios Estrangeiros	6,2	7,0
Equipamento Social	563,5	420,5
Defesa Nacional	3,8	4,0
Administração Interna	9,7	10,3
Finanças	6,0	5,8
Economia	138,4	155,8
Trabalho e Solidariedade	38,0	41,4
Justiça	35,1	32,0
Planeamento	30,1	42,1
Agricultura, Des. Rural e Pescas	167,1	210,9
Educação	89,9	86,5
Saúde	66,7	64,7
Ambiente e Ord. Território	55,2	55,1
Cultura	28,2	25,0
Ciência e Tecnologia	68,5	56,0
Reforma da Adm. Pública	3,4	4,4
Juventude e Desporto	23,2	14,7
<b>Total</b>	<b>1.327,9</b>	<b>1.241,1</b>

Nota: valores em milhões de contos

### Cenário macroeconómico para 2002

Variável	2000	2001	2002
PIB	3,3	2,0/2,5	2,0/2,75
Consumo privado	2,5	1,75/2,5	1,75/2,25
Consumo público	3,8	1,75	0,9
Investimento	5,1	2,5/3,5	3,5/4,75
Exportações	6,6	4,0/5,0	3,5/5,5
Importações	5,1	3,25/4,5	3,25/4,5
Inflação	2,9	4,3/4,4	2,5/3,0
Emprego	1,7	1,6/1,8	0,75/1,25



**EDUCAÇÃO**

**Fim dos bacharelatos**

Em 2002, o Governo aumentará as vagas nos cursos de Medicina e vai iniciar o processo de criação de um único grau no ensino superior, extinguindo os bacharelatos e licenciaturas tal como se encontram.

A duração do mestrado terá em conta a duração da formação inicial.

Através da aplicação e regulamentação da Lei do Ordenamento e Organização do Ensino Superior e da conclusão da revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária, o Executivo quer clarificar a rede do ensino superior.

No contexto de clarificação dos objectivos futuros dos sistemas educativos, é reconhecida a importância da Educação Básica, designadamente na definição das competências básicas, como a preparação básica em Matemática, línguas e tecnologias da informação e comunicação.

O Governo prevê até 2010 a redução, para 22,5 por cento, de indivíduos com idades entre os 18-24 anos com apenas nove ou menos anos de escolaridade.

**COMUNIDADES**

**Aprofundar e valorizar laços**

A plena inserção dos portugueses nas sociedades de acolhimento e a valorização e aprofundamento dos laços de união das Comunidades a Portugal são alguns dos objectivos do Governo para o ano 2002 em matéria de emigração.

De acordo com as GOP, está previsto, na área das Comunidades Portuguesas, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas de cariz social e a qualificação e optimização dos serviços internos e da rede consular, por «forma a proporcionar uma melhoria da qualidade de serviços».

O Executivo pretende continuar a modernizar a imagem da rede consular portuguesa no estrangeiro através da intervenção, renovação ou lançamento de novas instalações em postos consulares.

Completar o projecto de informatização de modo a ligar a Lisboa, em tempo real, os postos consulares e redimensionar a rede consular com vista a acompanhar as tendências migratórias são outras medidas do Governo para o ano 2002.

**HABITAÇÃO**

**Tributação do património na ordem do dia**

Com a sexta grande opção do plano, o Executivo espera «potenciar o território como factor de bem-estar dos cidadãos e de competitividade da economia», prevendo medidas, como instrumentos de ordenamento do território, para aumentar, em colaboração com as câmaras municipais, a construção a custos controlados, para venda e arrendamento.

Através da reforma da tributação do património pretende-se penalizar a retenção da oferta sem utilização, tanto de terrenos como de edifícios e fogos.

A reabilitação dos centros urbanos, com recuperação de edifícios de habitação antigos, o incentivo ao arrendamento por jovens e os apoios financeiros para reolajamento da população residente em barracas,



prioridades dos últimos anos, vão continuar em 2002.

**SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

**Reforma**

De acordo com as Grandes Opções do Plano para o próximo ano, na área da Solidariedade e Acção Social, as estratégias passam pela reforma dos sistemas de protecção social, pelo desenvolvimento dos equipamentos e serviços sociais e adequação dos serviços e instituições básicas.

Neste âmbito, o Governo pretende alargar a rede de equipamentos de apoio a cidadãos deficientes, nomeadamente deficientes profundos, e melhorar os apoios às respectivas famílias.

A continuação da execução do Programa Creches 2000 e o desenvolvimento de iniciativas a favor de crianças e jovens em risco, nomeadamente as que estão inseridas em comunidades com alto índice de exclusão social, são outros dos objectivos que o executivo se propõe cumprir.

Estão também previstas medidas que permitam dar continuidade à prioridade conferida ao apoio domiciliário a idosos, apostando na qualidade do serviço e no reforço do apoio domiciliário integrado, e à promoção da melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos sociais, com prioridade para os lares de idosos, onde será induzida a certificação de qualidade.

**DEFESA**

**Novo Quartel-General Conjunto**

A transformação do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) num «efectivo quartel-general conjunto» dos três ramos é uma das medidas preconizadas pelo Governo nas GOP 2002.

O objectivo de «reformular a estrutura de comando operacional das Forças Armadas», visa «eliminar duplicações» existentes nos serviços do EMGFA, Ministério da Defesa e ramos, «racionalizar recursos disponíveis» e atribuir ao CEMGFA o «comando completo em matéria operacional».

Estas alterações tinham já sido defendidas em Agosto pelo ministro da Defesa, Rui Pena,

que considerou o EMGFA «esvaziado» de poderes e defendeu que os estados-maiores dos três ramos das Forças Armadas fossem aglutinados num futuro Estado-Maior da Defesa.

Para dar sequência às reestruturação proposta, o Executivo propõe que no próximo ano seja levada a cabo uma revisão «global» da Lei de Defesa Nacional que enfraquece «limitações».

**POLÍTICA EXTERNA**  
**O grande desafio de presidir a OSCE**

A presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em 2002, é o «desafio» maior da política externa portuguesa, de acordo com as Grandes Opções do Plano para o próximo ano.

No capítulo consagrado à Política Externa, o documento do Governo realça o desenvolvimento de uma «intensa actividade» diplomática, desde a inserção nas organizações europeias à cooperação com África, América Latina e Ásia.

O Executivo enfatiza ainda o apoio às comunidades lusas no mundo, através da promoção da língua e dinamização de projectos em áreas técnicas.

A participação nas cimeiras ibero-americanas, os diálogos bilaterais dos Quinze com os países do subcontinente latino-americano, e multilaterais com os agrupamentos da região, no quadro da cimeira União Europeia - América Latina, merecem igualmente destaque no documento orientador da acção governativa em 2002.

No Brasil, o Governo português quer potenciar o «relacionamento estratégico» nas dimensões política, económica e cultural, enquadrado em cimeiras regulares.

**DESPORTO**

**Modelo e critérios de financiamento para Federações**

As Federações Desportivas terão, a partir de 2002, um modelo diferente de financiamento, comprometendo-se o Executivo a rever o despacho que fixa os actuais critérios legais. O relacionamento com as Federações é, de

resto, um dos aspectos essenciais das GOP do Desporto, prevendo-se ainda a alteração do regime jurídico federativo e a «reponderação» dos critérios de utilidade pública.

Estas mudanças no quadro jurídico e regulamentar do associativismo desportivo farão parte de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto para o quadriénio 2002-2006, que pretende intervir em vários subsistemas, como o do Desporto de Alto Rendimento, o Desporto para Todos, a Medicina Desportiva, as infra-estruturas o associativismo, formação e estudos, as relações externas e a documentação e informação.

No campo das infra-estruturas, sobretudo a já em curso apoio às intervenções de remodelação/modernização e construção dos estádios para o Euro-2004 de futebol e intervenções nos Complexos Desportivos do Jamor – onde será renovado o edifício central do Complexo de Ténis e iniciada a substituição do Centro de Estágio – e Lamego – onde será construída uma piscina coberta.

**JUSTIÇA**

**Inovar resoluções de litígios e acção executiva**

A adopção de novas formas de resolução de litígios, através da promoção de centros de arbitragem e dos julgados de paz, e a reforma da acção executiva são metas das GOP para 2002 na área da Justiça.

Outras das medidas a implementar no próximo ano são a reforma do regime de recursos em processo civil e penal, destinado a simplificar e a acelerar a justiça, e o início do projecto «Sistema de Monitorização Electrónica de Arguidos», conhecido como pulseiras electrónicas e que visa encontrar alternativas à prisão como meio de coacção. A reforma do contencioso administrativo, incluindo a criação de tribunais, meios informáticos e reforço de meios, e a criação de novo sistema de financiamento da Justiça figuram também nas GOP.

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**Forças de segurança em mudança**

Em 2002, o Governo vai propor à Assembleia da República um novo regime das forças de segurança, pretendendo também avançar com a criação de uma estrutura central de análise e planeamento estratégico na área da administração interna.

As Grandes Opções do Plano para 2002 apresentam ainda um conjunto de propostas a concretizar nas áreas da segurança interna, protecção e socorro, imigração e segurança rodoviária, muitas das quais surgem como continuidade de projectos já a decorrer.

No domínio da segurança interna, além da criação de um organismo vocacionado para o estudo e planeamento estratégico – a ocorrer em sede de reformulação orgânica do Ministério da Administração Interna –, o Executivo aposta também na formação profissional das forças de segurança.

E para responder à formação de quadros superiores e especialistas em segurança interna, a intenção é lançar em 2002 «os alicerces de um instituto superior de segurança interna», a funcionar na dependência do ministério.

## NOVAS FIGURAS PARA LIBERTAR TRIBUNAIS

**O** Executivo socialista quer libertar os magistrados judiciais de quase meio milhão de processos de acção executiva que, em média, todos os anos chegam aos tribunais. A ideia foi consubstanciada pela aprovação, em reunião de Conselho de Ministros, realizada quinta-feira, de dois diplomas que pretendem agilizar e tornar mais eficaz a Justiça Portuguesa.

De acordo com o ministro António Costa, se a Assembleia da República aprovar a proposta de lei que transfere competências dos magistrados judiciais para agentes de execução (oficiais de justiça afectos a secretarias de execução e solicitadores) e conservadores dos registos predial, «estar-se-á a mexer no coração dos problemas burocráticos no sistema de justiça» português.

Segundo o titular da pasta da Justiça, a medida incidirá sobre 46 por cento dos cerca de 900 mil processos em atraso nos tribunais do País, que representam dois terços dos processos pendentes nos círculos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

«Espero que, até ao final do ano, a Assembleia da República aprove a proposta do Governo», salientou Costa, para quem é urgente criar condições para que os juizes se concentrem «no exercício da função jurisdicional».

António Costa deu ainda várias garantias de «respeito pelos direitos dos cidadãos» após a entrada em vigor destas medidas para a desburocratização da justiça, sublinhando também a importância de a proposta do Executivo prever que as acções executivas «passem a privilegiar os bens líquidos e não os bens móveis», como



até agora tem acontecido «É mais célere e eficaz ir imediatamente até onde o dinheiro se encontra», justificou, antes de considerar que os atrasos na justiça a este nível sempre afectaram a actividade económica do País.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, a medida desburocratizadora «move-se entre a necessidade de criar novas figuras que libertem os tribunais uma massa significativa de processos de execução e o cumprimento das garantias constitucionais de defesa do executado».

Tais objectivos, acrescenta o comunicado, «só podem ser atingidos através da

criação de um sistema de equilíbrios que envolva todos os intervenientes no processo executivo, de forma a que uma justiça certa e rápida se conjugue com os propósitos de segurança jurídica».

Por essa razão, segundo o ministro António Costa, no caso dos solicitadores de execução, a proposta «garante que os actos praticados no domínio do processo comum de execução respeitem os títulos executivos que impliquem a intervenção prévia dos tribunais ou dos notários», eliminando-se assim «eventuais riscos de a desjudicialização funcionar como elemento de insegurança nas relações jurídicas». Ainda de acordo com Costa, as garantias

dos cidadãos executados também se mantêm inalteradas ao nível do direito de oposição à realização de penhoras por parte de agentes de execução, cabendo-lhes sempre recurso para o juiz de instrução. No entanto, o governante acrescentou que «os bons resultados da reforma envolverão a necessidade de dotar os agentes de execução de meios para conhecer os bens dos cidadãos executados», prevendo-se a possibilidade de consulta de bases de dados oficiais, «mediante prévia autorização do juiz e de outras bases de dados com informação relevante».

### Disciplinar profissão de solicitador

A proposta de lei contempla ainda alterações ao Estatuto da Câmara dos Solicitadores, quer para regular a formação e o acesso à especialidade de solicitador de execução, quer porque «urgiu reestruturar o sistema de órgãos da câmara e a matéria disciplinar, atendendo às novas exigências da profissão e às exigências de serviço público que dela decorrem».

A par desta proposta, que será sujeita à apreciação do Parlamento, o ministro da Justiça fez aprovar também um decreto-lei que permite a assessoria a juizes de direito por assistentes judiciais, estabelecendo para o efeito um novo regime jurídico.

O diploma, segundo António Costa, terá significativos efeitos em tribunais ou juizes onde se registem elevado número de processos entrados ou pendentes, ou em que se verifique necessidade de intervenção resultante de situações excepcionais de funcionamento anómalo dos serviços.

## CONSELHO DE MINISTROS SOLIDÁRIO

O Conselho de Ministros analisou, na passada quinta-feira, dia 13, os últimos desenvolvimentos da situação criada pelos criminosos ataques terroristas nos Estados Unidos da América, que voltou a condenar de forma veemente, reiterando a sua solidariedade ao Governo e ao povo norte-americanos e, de modo especial, às famílias das vítimas.

Foram igualmente prestadas informações sobre as acções em curso para a identificação dos desaparecidos, com incidência em eventuais casos envolvendo nacionais portugueses.

O Executivo português exprimiu o seu apoio

ao luto da passada sexta-feira, dia 14, decretado a nível europeu, incentivando de modo particular os serviços públicos para que respeitassem os três minutos de silêncio previstos para as 11 horas da manhã, e apelando a todos os cidadãos para que igualmente os respeitassem.

O Conselho de Ministros exortou a população a acompanhar os acontecimentos com calma, por forma a continuar a ser mantida a plena serenidade no nosso País.

Portugal prestará todo o apoio ao seu alcance para que seja efectuada a punição dos responsáveis deste «acto hediondo de terrorismo».

## EXONERADOS GOVERNADORES CIVIS CANDIDATOS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 13, a exoneração de quatro governadores civis que serão candidatos em listas do Partido Socialista nas eleições autárquicas de 16 de Dezembro.

Pela resolução aprovada, sustenta-se que, a pedido dos próprios (candidatos autárquicos) foram exonerados os governadores civis de Beja (Agostinho Moleiro), Braga (Fernando Moniz), Castelo Branco (José Sampaio Lopes) e Santarém (Carlos Cunha).

Em substituição dos quatro exonerados, o Conselho de Ministros nomeou Manuel Masseno (Beja), José Costa Pires (Braga),



Maria Alzira Serrasqueiro (Castelo Branco) e o ex-secretário de Estado da Saúde Nélson Baltazar (Santarém).

## GUTERRES E FERRO RODRIGUES ADJUDICAM NOVAS AUTO-ESTRADAS

**O Governo continua apostado no desenvolvimento do País, realizando obras estruturantes desde há muito reclamadas pelos autarcas e populações. Neste quadro, a adjudicação da concessão de auto-estradas sem pagamento de portagens do Litoral Norte, a quinta SCUT do Continente, foi assinada segunda-feira no Santuário da Senhora do Minho, em Viana do Castelo, na presença do primeiro-ministro.**

**N**a mesma cerimónia, que contou também com a presença do ministro do Equipamento, Ferro Rodrigues, foi assinado o acto de consignação do IC28, que liga Ponte de Lima a Ponte da Barca, na distância de perto de 12 quilómetros, um investimento de mais de 8,283 milhões de contos, que ficará concretizado no prazo de 540 dias.

A nova concessão de auto-estradas sem pagamento de portagem pelos automobilistas, na extensão de 110 quilómetros, desenvolve-se ao longo da IC1, desde o Porto a Caminha, e do IP9, de Viana do Castelo a Ponte de Lima.

Nos termos do contrato de concessão assinado pelo Estado e a concessionária, a Euroscut Norte - liderada pelos espanhóis do grupo Ferrovial/Cintra e que inclui sete construtoras portuguesas - toda a rede tem de estar concluída até ao Verão de 2005.

No entanto, o sublanço do IP9 entre Viana do Castelo e Nogueira, que está a ser



construído pelo Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR), será concluído ainda este ano, segundo informação da Secretaria de Estado das Obras Públicas (SEOP).

Os lanços restantes, tanto no IC1 como no IP9, serão ainda objectos de estudos e de avaliação ambiental, prevendo-se que a ligações Viana-Caminha e Nogueira-Ponte de Lima fiquem concluídas entre 2003 e o Verão de 2005.

O valor do investimento a custear pelo concessionário, incluindo as expropriações e construção dos novos lanços da rede - 40 quilómetros, 23 no IC1 e 17 no IP9 - é de 60 milhões de contos.

Durante o período da concessão por 30 anos, a Euroscut Norte investirá mais 30

milhões de contos nas despesas de exploração, manutenção e obras periódicas de conservação.

A concessionária contrói, explora e mantém, recebendo uma renda do Estado em função do tráfego registado.

Entre outras obrigações, a Euroscut Norte não poderá fechar vias para além de um determinado limite de tempo, ficando por outro lado sujeita ao pagamento de multas caso a sinistralidade registada na sua rede seja superior à média nacional no mesmo tipo de estradas.

O Minho tem já duas concessões de auto-estradas com portagens, uma a A3 do Porto a Valença, da Brisa, a funcionar em pleno desde Junho de 1998, e a da AENOR, cujo prazo de conclusão está apontado para o final de 2004.

A concessão da AENOR, que liga os principais centros urbanos do Minho, é constituída pela A7, só parcialmente construída, vai de Vila do Conde/Póvoa de Varzim a Vila Pouca de Aguiar, no IP3, em Trás-os-Montes, e a A11, desde Esposende até junto de Marco de Canaveses, na A4.

Esta concessão do Norte Litoral é a quinta SCUT já adjudicada no território do Continente.

Em construção adiantada encontra-se já a da Beira Interior, Abrantes-Guarda, da SCUTVIAS (Teixeira Duarte/Soares da Costa), a concluir até ao final de 2003.

A SCUT do Algarve, entregue também aos espanhóis da Ferrovial/Cintra, que tem prazo de conclusão para 2003.

Foram igualmente adjudicadas as SCUT do Interior Norte (Chaves - Viseu) ao grupo

liderado pelos franceses da Efaige, e as do IP5 (Vilar Formoso-Albergaria) e da Costa de Prata (Mira-Gaia), de que é titular a LUSOScut, liderada pela Mota & Companhia.

Em fase de escolha da concessionária encontra-se a SCUT do Grande Porto em que os dois finalistas são a LUSOScut e os espanhóis da Ferrovial/Cintra, a concessão do IC16/IC30, que tem uma parte em SCUT, e onde os finalistas são a Brisa e o mesmo grupo espanhol.

As novas auto-estradas com portagem de Lisboa Norte (Torres Vedras-Carregado) e do Litoral Centro (Marinha Grande-Mira) estão a ser disputadas pela Brisa e pela Somague.

O IC28, cuja consignação foi assinada na segunda-feira, é desde há muito reivindicada dos autarcas e populações do Alto Minho.

Adjudicado em Agosto do ano passado, antes da apresentação e aprovação do Orçamento, o IC28 tem um traçado variável ao longo dos seus quase 12 quilómetros, com duas faixas em cada sentido nas zonas de nós e uma em cada sentido nas partes restantes.

A construção implica 23 restabelecimentos, 11 passagens superiores, sendo o atravessamento de vales mais pronunciados ou mais produtivos assegurado por 11 viadutos.

A ligação à rede viária existentes será feita através de três nós, em Refoios do Lima, Jolda e no final do traçado, onde articula com a EN101, tendo em vista os acessos a Ponte de Lima e Arcos de Valdevez.

## CAMPANHA PUBLICITÁRIA SOBRE A NOVA MOEDA JÁ ARRANCOU

**A** campanha publicitária para divulgação da nova moeda europeia, o euro, já arrancou no dia 17, com anúncios de televisão e imprensa e folhetos informativos.

Esta campanha de divulgação e apresentação da nova moeda, que passará a circular em 2002 em 12 países da União Europeia, incluindo Portugal, custou 80 milhões de euros, (16 milhões de contos) ao Banco Central Europeu (BCE).

Na apresentação da campanha, o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, garantiu que «tudo estará pronto a tempo» para a entrada em circulação das notas e moedas de euros.

A produção e distribuição das notas e moedas



será feita dentro do calendário estipulado e debaixo de elevadas condições de segurança, sem que os custos directos dessas operações recaiam sobre a população em geral, disse o governador do banco central.

Os elementos de segurança das novas notas europeias - 11 marcas que procuram evitar falsificações - são consideradas pelo Banco de Portugal «sem precedentes na história monetária».

Entre as mais importantes salientam-se o relevo de figuras nas notas (sensível ao tacto), a transparência ou marca de água que se encontra no lado esquerdo da nota e os hologramas que brilham numa tira vertical numa das faces da nota.

Existem ainda outros elementos de tipo

electrónico que evitam as falsificações e impedem que uma fotocópia de uma nota seja uma reprodução completa do meio de pagamento.

A campanha publicitária é uma acção conjunta do Eurosistema e integra-se num conjunto mais vasto de iniciativas que visam familiarizar os cidadãos com a nova moeda e alertá-los para os elementos de segurança existentes nas mesmas.

Vítor Constâncio afirmou que «não existem riscos de um surto inflacionista» decorrente da introdução física do euro a partir de 1 de Janeiro de 2002.

Os maiores riscos associados à entrada em circulação das notas e moedas de euros «estão acautelados», garantiu.

## APROVADAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRADA



**D**iminuir a sinistralidade rodoviária e aumentar a eficácia na aplicação e cumprimento das sanções cominadas são os objectivos principais das alterações ao Código da Estrada aprovadas, quinta-feira, pelo Executivo socialista, em reunião de Conselho de Ministros.

Entre as medidas implementadas destacam-se a possibilidade de controlo da velocidade através do cálculo da velocidade média; a diminuição da taxa admissível de álcool para 0,2 grama por cada litro de sangue (g/l), criando-se uma contra ordenação leve nos casos em que essa taxa seja inferior a 0,5 g/l; e o reforço do controlo da condução sob efeito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos com efeito análogo, que apenas era admitido em casos de acidente.

A realização das inspeções a veículos e a revalidação, troca e substituição do título de condução ficam dependentes do prévio cumprimento das sanções aplicadas.

As alterações ao Código da Estrada visam ainda a simplificação do regime de notificações, admitindo-se a notificação através de carta simples enviada para o domicílio do infractor, no caso de não ter sido possível proceder à notificação pessoal ou por carta registada; e a especialidade de deveres para certas classes de condutores

(de veículos de socorro e de emergência, de transporte escolar, ligeiros de aluguer para transporte público, pesados de passageiros ou de mercadorias, ou de transporte de mercadorias perigosas) reflectida na determinação da medida das sanções que lhes são aplicáveis.

O decreto-lei n.º 178-A/2001, de 12 de Junho, veio determinar que as alterações ao Código da Estrada entram em vigor no próximo dia 1 de Outubro de 2001.

Entretanto, torna-se necessário proceder à republicação do Código da Estrada, tendo em conta, por um lado, a entrada em circulação da moeda única europeia e, por outro lado, a necessidade de harmonização sistemática do conjunto de normas que integram aquele diploma com aquelas que foram objecto de alteração.

O diploma ora aprovado absorve as alterações ao Código da Estrada introduzidas pelo decreto-lei n.º 162/2001, de 22 de Maio, acrescentando-lhes, precisamente, uma genérica revisão das coimas (cujo montante passa a ser previsto em erros) e procede à sua republicação.

Portanto, a única inovação agora introduzida respeita à obrigatoriedade de pagamento imediato pelos condutores das coimas em dívida, aquando do cometimento de uma nova infracção.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da acção executiva e o Estatuto da Câmara dos Solicitadores;
- Um decreto-lei que permite a assessoria aos juizes de direito por assistentes judiciais e estabelece o respectivo regime jurídico;
- Um diploma que altera os decretos-lei n.ºs 114/94, de 3 de Maio, e 2/98, de 3 de Janeiro, bem como o Código da Estrada;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes, e Alto Douro para captação, tratamento e distribuição de águas para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Mougadouro, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, São João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, e Vinhais;
- Um decreto-lei que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável à oferta de acesso condicional aos serviços de televisão, de radiodifusão e da sociedade de informação, à respectiva protecção jurídica, bem como aos equipamentos de utilizador que lhe estão associados;
- Um diploma que altera o decreto-lei que revaloriza a carreira de guarda florestal da Direcção-Geral das Florestas;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno legislação comunitária que implica a aprovação do Regulamento Relativo ao Arranjo Interior de Automóveis;
- Uma resolução que prorroga, por seis meses, o prazo de funcionamento da comissão para revisão da situação de militares em situação de reserva ou reforma;
- Uma resolução que nomeia Luís Filipe Nuno Flório Duarte, enquanto subdirector-geral da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, gestor da Intervenção Estrutural de Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural «Leader» e cria a estrutura de apoio técnico;
- Uma resolução que ratifica a alteração do Plano Director Municipal de Loures;
- Uma resolução que ratifica a alteração do Plano Director Municipal de Ponte da Barca;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Penafiel – segunda fase;
- Uma resolução que exonera, a seu pedido, dos cargos de governador civil de Beja, Braga, Castelo Branco e Santarém, respectivamente, Agostinho Marques Moleiro, Fernando Ribeiro Moniz, José de Sampaio Lopes e Carlos Manuel Carvalho Cunha, e nomeia para os mesmos cargos, respectivamente, Manuel Joaquim Rodrigues Masseno, José Marcelino da Costa Pires, Maria Alzira de Lima Rodrigues Serrasqueiro, e Nelson Madeira Baltazar.



## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

**Nova Rede** - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005  
**CGD** - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097  
**BES** - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278





## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Policimento de proximidade para combater criminalidade**

O secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, assegurou no dia 18, em Coimbra, que o Governo tomou as medidas necessárias para garantir a segurança do País após os atentados da última semana aos Estados Unidos da América.

«As fronteiras estão também a ser objecto de atenção, mas, de acordo com a nossa avaliação, as zonas nevralgias são as aeroportuárias e as instituições sensíveis, relacionadas com as embaixadas e as organizações militares», afirmou Rui Pereira.

Questionado sobre a possibilidade de a vaga terrorista atingir Portugal, realçou que o Gabinete de Coordenação de Segurança, presidido pelo ministro da Administração Interna, «tomou as medidas que são indicadas nestas situações».

Rui Pereira falava aos jornalistas à margem do encontro «Policimento de proximidade – práticas e reflexões», que tem como objectivo analisar e divulgar programas e projectos em curso nesta área desenvolvidos pela PSP e GNR.

Segundo o governante, o policimento de proximidade é um dos vectores da política do Governo em matéria de segurança interna, a par da segurança comunitária e da protecção das vítimas especialmente carentes (crianças, idosos e pequenos comerciantes).

Na sua perspectiva, os índices actuais apontam que tem havido «um estancar da criminalidade» em Portugal e, embora o Governo ainda não esteja satisfeito, «a segurança hoje existe e a criminalidade está contida».

«A segurança é sempre um objectivo a atingir, não só prevenindo a criminalidade, mas promovendo a segurança em si mesma, porque é uma condição para a liberdade», realçou.

## AMBIENTE

**Portugal limpo e sem carros**

A iniciativa «Dia sem Carros» coincide este ano com outra campanha de cariz ambiental – «Limpar Portugal» –, por isso a ideia dos próximos dias 21 a 23 de Setembro é ter um País limpo e sem carros.

A iniciativa «Limpar Portugal», que acontece desde 1995, integra-se no movimento internacional «Limpar o Mundo», que visa incentivar as pessoas a participar voluntariamente na limpeza de ruas, praias, parques ou jardins.

A campanha foi anunciada, quinta-feira, dia 13, pelo secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, que considerou que o tratamento dos resíduos urbanos não pode ser só servido pela administração pública, devendo ser acompanhada pela colaboração de toda a sociedade.

Entre 21 a 23 de Setembro, muitas cidades portuguesas vão assistir a duas campanhas de carácter ambiental: uma de promoção de recolha de resíduos urbanos, a outra de sensibilização à redução do uso do automóvel.

Apesar de admitir que seria melhor realizar as duas iniciativas em dias diferentes, o secretário de Estado do Ambiente explicou que as duas campanhas são internacionais, não havendo forma de fugir ao calendário.

«Limpar Portugal» conta este ano com o apoio de 81 câmaras municipais que irão sensibilizar os municípios para ajudar a limpar as cidades, prestando toda a informação necessária.

Os promotores da iniciativa (Instituto de Promoção Ambiental, Instituto de Resíduos e Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território) pretendem fazer uma quantificação dos resíduos recolhidos durante a campanha.

A nível internacional, 110 países vão participar na campanha «Limpar o Mundo».

## DESPORTO E JUVENTUDE

**Até 2005: Pousadas terão 9,3 milhões de contos para investimentos**

O Governo vai investir nos próximos cinco anos cerca de 9,3 milhões de contos (46,5 milhões de euros) na Rede Nacional de Pousadas da Juventude.

Trata-se de um investimento do Ministério da Juventude e do Desporto que se traduz na construção de dez novas unidades e na requalificação e remodelação em 13 das 41 pousadas de juventude existentes no País.

Está prevista a construção de novas pousadas de juventude em Espinho, Gouveia, Lousã, Melgaço, Alijó, Alvados (Porto de Mós), Portalegre, Tavira, Quarteira (Loulé) e Arrifana (Aljezur). Estes novos destinos, seleccionados de entre várias candidaturas apresentadas pelas câmaras municipais, obedeceram a um conjunto de critérios que tiveram a ver com a localização, o interesse turístico e o reforço da cobertura geográfica da rede, equipamentos, infra-estruturas e serviços complementares existentes.

Nesse contexto, o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, deslocou-se sexta-feira, dia 14, ao Algarve, para anunciar a localização das novas pousadas de juventude previstas para Tavira, Quarteira (Loulé) e Arrifana (Aljezur), e o plano de remodelação da estrutura existente em Portimão.

## EQUIPAMENTO SOCIAL

**Lisboa com mais 20 autocarros ecológicos**

Desde ontem, os utentes da Carris podem utilizar 20 novos autocarros movidos a gás natural comprimido, uma opção que «valoriza a preservação do ambiente urbano», segundo disse, no dia 18, o ministro do Equipamento Social.

Conceitos como a qualidade e a sustentabilidade foram usados pelo ministro Ferro Rodrigues para afirmar a urgência em «quebrar o círculo vicioso da relação entre crescimento económico e crescimento dos volumes de transporte, substituindo-a pela relação qualidade/eficiência dos transportes e desenvolvimento económico».

O governante preconizou também a «imperativa reestruturação do sector dos transportes» que deve ser acompanhada do desenvolvimento de um «plano global de transportes para cada uma das Áreas Metropolitanas».

«Neste contexto, o arranque em 2002 das autoridades metropolitanas de transportes será certamente muito importante», declarou.

Os 20 novos autocarros completam um ciclo de renovação da frota, composto por 94 unidades adquiridas nos últimos dois anos, que custaram à Carris cerca de 3,14 milhões de contos.

Os autocarros de propulsão a gás natural correspondem a um investimento aproximado de 750 mil contos, dos quais 10 por cento financiados directamente por fundos do programa Operacional da Economia, através da Direcção Geral de Energia.

Embora o custo destes autocarros seja mais elevado do que os de propulsão a diesel, nos próximos anos o preço tenderá a aproximar-se já que diversos fabricantes iniciaram recentemente a sua produção em série.

Entre as vantagens salientam-se o nível de ruído e de vibrações inferior, a redução das emissões poluentes e o menor custo do combustível.

O gás natural não é a única fonte energética a que a Carris recorre. Da sua frota constam já autocarros movidos a biodiesel.

## PRESIDÊNCIA-CM

**Droga: Vitalino Canas manifesta preocupação**

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros escreveu ao Presidente do Parlamento lamentando o adiamento do debate sobre as Comissões para a Dissuasão da Toxicod dependência (CDT's) e estranhando a atitude do CDS/PP.

Na carta enviada a Almeida Santos, Vitalino Canas regista a «manifestação de empenhamento do CDS/PP» quanto ao agendamento do debate sobre a toxicod dependência, apesar de ter sido o partido proponente do mesmo.

Canas, que escreveu também ao presidente da Comissão Parlamentar de Saúde e Toxicod dependência, Vieira de Castro, manifesta preocupação pelo facto de, «ao contrário da expectativa do Governo», a última conferência de líderes parlamentares ter decidido «não agendar para a primeira reunião plenária útil» a apreciação do diploma.

Este adiamento, acrescenta, significa não só o «protelamento de mais uma ocasião para a discussão da política da droga e da toxicod dependência do Governo», como também o prolongamento da «situação de incerteza e insegurança jurídica» nessa área do Direito «altamente sensível».

Nestes termos, o Governo insiste na necessidade de promover «o competente agendamento do diploma e reitera o interesse na discussão de uma matéria cujo debate», acrescentou o secretário de Estado, sempre por si foi valorizado e procurado.

As referidas CDT's distritais, criadas em 1 de Julho último, procuram encaminhar os toxicod dependentes para os centros de tratamento.



## BCE MANTEVE TAXAS DE JURO COM PIB ANÉMICO

**O** Banco Central Europeu (BCE) manteve no dia 13 a sua principal taxa directora nos 4,25 por cento, anunciou a autoridade monetária europeia.

A instituição presidida por Wim Duisenberg não desceu o preço do dinheiro no dia em que foi conhecido a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) da Zona Euro, de Abril a Junho, e dois dias após os atentados nos EUA. Os Doze cresceram, em relação ao trimestre anterior, 0,1 por cento e apresentaram uma variação homóloga de 1,7 por cento.

Em igual período, os EUA cresceram 0,05 por cento, embora as taxas de juro estejam em forte queda desde o início do ano.

Numa altura em que os EUA podem estar à beira de uma crise, o Japão se encontra praticamente em recessão, a Europa não deverá escapar a um forte arrefecimento da actividade económica.

Depois dos ataques terroristas de terça-feira em Nova Iorque e Washington, vários foram os economistas que afirmaram que a hipótese de uma recessão mundial tinha aumentado, pelo que poderia fazer sentido falar-se numa operação concertada de descida dos juros em vários países do mundo.



No entanto, o BCE optou, na prática, por esperar por mais alguns sinais sobre o andamento da economia europeia e por uma tomada de decisão relativamente à possibilidade de retaliação por parte dos EUA, preferindo garantir a liquidez nas trocas comerciais via colocação de moeda no mercado.

Duisenberg já havia afirmado quarta-feira que descer as taxas de juro agora poderia ser entendido como um sinal de pânico ao mercado.

Em comunicado, o BCE sublinhou também

### Evolução das taxas directoras do BCE

Data	Depósito(a)	Refi(b)	Cedência liquidez(c)
30 Ago 2001	3,25	4,25	5,25
11 Mai 2001	3,50	4,50	5,50
6 Out 2000	3,75	4,75	5,75
1 Set 2000	3,50	4,50	5,50
28 Jun 2000	3,25	4,25	5,25
9 Jun 2000	3,25	4,25	5,25
28 Abr 2000	2,75	3,75	4,75
17 Mar 2000	2,50	3,50	4,50
4 Feb 2000	2,25	3,25	4,25
5 Nov 1999	2,00	3,00	4,00
9 Abr 1999	1,50	2,50	3,50
22 Jan 1999	2,00	3,00	4,50
4 Jan 1999	2,75	3,00	3,25
1 Jan 1999	2,00	3,00	4,50

(a) Facilidade permanente de depósito

(b) taxa mínima para os leilões no âmbito das operações principais de refinanciamento do eurosistema

(c) Facilidade permanente de cedência de liquidez

que a «solidez fundamental do sistema económico americano» não será afectada pelos acontecimentos de terça-feira.

Para garantir a acalmia dos mercados financeiros, o BCE já injectou, desde quarta-feira da semana passada 110 mil milhões de euros no mercado à taxa fixa de 4,25 por cento. Este é um dos instrumentos que a autoridade monetária dispõe para gerir a liquidez dos mercados monetários.

O BCE injectara 69 mil milhões de euros e no dia 13 anunciou a injeção de mais 40,9 mil milhões de euros.

Esta é uma acção que está a ser seguida por vários bancos centrais, nomeadamente o Banco do Japão e a Reserva Federal norte-americana.

Estas iniciativas visam responder à possibilidade de corridas a levantamentos bancários, falta de liquidez nos mercados accionistas ou esgotamento das fontes de financiamento para os bancos e empresas.

O BCE cortou duas vezes as taxas de juro este ano, em 0,25 pontos percentuais cada, para os 4,25 por cento, enquanto nos Estados Unidos a Reserva Federal já desceu sete vezes, num total de três pontos percentuais, a taxa de refinanciamento para os 3,5 por cento.

## ECONOMIA EM FORTE ABRANDAMENTO

O crescimento abrandou na Zona Euro e União Europeia (UE) no segundo trimestre de 2001 para 0,1 por cento em relação ao trimestre precedente e 1,7 por cento face ao mesmo período de 2000, revelou o Eurostat.

Segundo dados revistos em baixa face à segunda estimativa do Departamento de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat), no primeiro trimestre as economias da UE e da Zona Euro cresceram 0,5 por cento face ao trimestre precedente e 2,4 por cento em comparação homóloga. Os grandes responsáveis pelo abrandamento do crescimento europeu são as fortes quedas do investimento e das exportações.

Comparando com o trimestre precedente, no segundo trimestre o investimento caiu 0,8 por cento na Zona Euro e 0,7 por cento no conjunto da UE e as exportações baixaram 1,2 por cento na zona euro e 1,4 por cento na UE.

Em termos homólogos, o investimento cresceu apenas 0,1 por cento na zona euro (1,8 por cento no primeiro trimestre) e 0,3 por cento na UE (1,9 por cento no primeiro trimestres) e as exportações aumentaram

4,8 por cento na zona euro (8,6 por cento no primeiro trimestre) e 4,2 por cento na UE (8,5 por cento no primeiro trimestre).

### Consumo privado desacelera

O consumo privado desacelerou ligeiramente no segundo trimestre, para crescimentos homólogos de 1,7 por cento na Zona Euro e 2,0 por cento na UE, o mesmo acontecendo com o consumo público, que aumentou 1,6 por cento na Zona Euro e 1,7 por cento na UE.

Face ao trimestre anterior, o valor acrescentado bruto (VAB) baixou 0,1 por cento na zona euro e cresceu 0,1 por cento na UE, enquanto em comparação homóloga aumentou 1,9 por cento na zona euro e 2,0 por cento na UE, em ambos os casos em desaceleração.

O abrandamento do VAB foi comum a todos os sectores, à excepção do VAB dos serviços financeiros e serviços prestados às empresas, que manteve em 3,3 por cento o seu crescimento homólogo na zona euro e acelerou para 4,1 por cento na União Europeia.

## PORTUGAL ESTÁ DISPONÍVEL PARA COOPERAÇÃO NO QUADRO DA NATO

O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou no dia 13 que Portugal está disponível para cooperar com os Estados Unidos em todos os domínios, incluindo o plano militar, no âmbito de acções da NATO, para uma eventual retaliação dos atentados de terça-feira.

Falando no final da reunião do Conselho de Ministros, Jaime Gama recusou-se a especificar que tipo de envolvimento o País poderá assumir no quadro de uma eventual retaliação da NATO, a partir do momento em que sejam identificados os responsáveis pelos atentados terroristas de terça-feira.

«Não há nada decidido nesse sentido, nem mesmo ao nível de uma coligação mais alargada do que os países da Aliança Atlântica», sublinhou o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, antes de reiterar que, no âmbito da NATO, «neste momento, não há qualquer programação ao nível militar». «Mas, se nos for pedido envolvimento (no plano militar), estamos disponíveis para cooperar em todos os planos», respondeu Gama, questionado sobre a participação de Portugal numa eventual operação militar.



## AMÉRICA PREPARA ATAQUE AO TERRORISMO

**D**epois dos atentados de 11 de Setembro em Nova Iorque e Washington, há ainda 30 portugueses por localizar.

A informação foi avançada pelo secretário de Estado das Comunidades, João Rui de Almeida, em visita aos Estados Unidos.

O governante português afirmou, terça-feira, em Nova Iorque, que dos 221 pedidos recebidos no Ministério dos Negócios Estrangeiros para localizar portugueses na América, na sequência do atentado terrorista, 191 já foram contactados pelos consulados ou deram notícias aos familiares, continuando os esforços para localizar os restantes.

O secretário de Estado referiu ainda que há apenas uma vítima portuguesa confirmada, António Augusto Tomé da Rocha, mas há «fortes probabilidades de haver pelo menos mais quatro», o número oficial de portugueses dados como desaparecidos e que se sabia na altura estarem no World Trade Center.

Entretanto, mais de uma semana após os devastadores ataques terroristas que causaram mais de cinco mil mortes em Nova Iorque e Washington, a nação americana prepararam-se para combater em duas frentes.

Uma análise das declarações de dirigentes e especialistas americanos faz crer que a resposta dos Estados Unidos será feita em duas partes. A primeira será um ataque de devastadoras proporções contra países considerados responsáveis por darem guarida a Usama bin Laden e membros da sua organização acusados de responsabilidade, mesmo que indirecta, nos atentados da semana passada.

Afganistão, Paquistão e Iraque surgem como possíveis primeiros alvos.

A segunda será uma guerra clandestina e prolongada contra organizações terroristas através do mundo, que vai envolver também retaliações e em muitos casos ataques a países que se recusam a tomar medidas contra essas organizações nos seus territórios.

No Afeganistão não existem cidadãos portugueses, de acordo com os dados oficiais, e no Paquistão são 50, perto de 40 dos quais de origem goesa e que vivem em Carachi, segundo disse à Imprensa o embaixador português no Paquistão.

A maioria dos cidadãos com passaporte português no Paquistão veio de Goa na sequência da invasão da província pelos indianos em 1961 e não pretende abandonar o país.

Existem, no entanto, planos de evacuação preparados para os cidadãos dos países da União Europeia, informou o embaixador. Os cidadãos de origem goesa «são cerca de 40 e vivem em Carachi. Os restantes portugueses são funcionários da embaixada e familiares», conforme precisou o diplomata.

De resto, a Embaixada do Paquistão em Lisboa é, habitualmente, pouco procurada.



Devido à crise provocada pelos atentados da semana passada em Nova Iorque e em Washington, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português desaconselha as viagens que tenham como destino o Afeganistão e o Paquistão.

### A guerra no horizonte

No site de apoio às Comunidades Portuguesas, o ministério, numa nota de emergência, desaconselha totalmente «qualquer deslocação e permanência» no Afeganistão e no Paquistão, tendo em conta «eventuais repercussões na região dos atentados nos EUA».

É que está a ser preparada uma autêntica caça ao homem, com bolsas de todo o mundo a se ressentirem.

O presidente norte-americano declarou esta semana que quer «vivo ou morto» o principal suspeito dos atentados terroristas, Usama bin Laden, no dia da reabertura, em forte baixa, da bolsa de Wall Street.

O homem forte da Casa Branca reafirmou bin Laden como o inimigo número um, a propósito das investigações em curso aos atentados, que já conduziram a 49 detenções, de acordo com o titular da Justiça, John Ashcroft.

Para o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, o país deve continuar em «estado de alerta reforçado» e não excluiu

a possibilidade de «um ataque terrorista surgir a qualquer momento e em qualquer lugar, recorrendo a diferentes técnicas».

O vice-presidente, Dick Cheney, reiterou o aviso de que a guerra contra o terrorismo poderá durar «vários anos».

Nos Estados Unidos, os cidadãos retomaram o trabalho, enquanto prosseguem as buscas de sobreviventes nos escombros dos edifícios destruídos: o saldo dos mortos e dos desaparecidos já ultrapassa os 5500.

Todas as atenções centraram-se no acatamento da extradição de Usama bin Laden pelo regime talibã, no Afeganistão, de cujas principais cidades fogem milhares de pessoas, receosas de uma operação militar de grande envergadura.

Por todo o mundo as manifestações de solidariedade para com o povo norte-americano prosseguem e o apoio ao combate ao terrorismo reafirma-se. Mas há quem mantenha a moderação.

A China defende a punição dos responsáveis pelos atentados terroristas contra os Estados Unidos, mas insistiu em que qualquer represália norte-americana deve «basear-se em provas concretas» e «não atingir inocentes».

Os comentários à provável retaliação dos ataques terroristas contra os Estados Unidos sucedem-se, com a diplomacia belga a declarar-se convencida de que

Washington não vai «bater às cegas» e Moscovo a apelar ao respeito do direito internacional.

No Médio Oriente as populações afegãs e paquistanesas preparam-se para uma guerra que já foi declarada «santa» (jihad). Isto depois do presidente palestino, Yasser Arafat, ter declarado o cessar-fogo com Israel.

Ao apelo de Arafat não responderam positivamente os movimentos radicais islâmicos-palestinos Hamas e Jihad Islâmica, que rejeitaram, ontem, o gesto de paz.

Por cá, o primeiro-ministro, António Guterres, reitera que «Portugal tem uma posição firme de solidariedade com os Estados Unidos neste domínio» e é um «aliado firme e claro».

Os atentados da semana passada foram, segundo Guterres «um acto de terrorismo bárbaro, não apenas dirigido contra os EUA, mas contra toda a civilização».

Assim, «é fundamental que, simultaneamente, se responda com uma atitude racional a este acto de enorme irracionalidade e se mobilize toda a comunidade internacional para um combate claro ao terrorismo, que vai seguramente exigir de nós, durante vários anos, um esforço tenaz em que Portugal vai participar», conclui o primeiro-ministro.

M.R.

## FISCALIZAÇÃO INSTAURA CENTENAS DE PROCESSOS

**A** inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE) fez 1422 inspecções em Agosto, a nível nacional, das quais resultaram 258 processos instaurados. As operações de fiscalização foram feitas com vista à observação da saúde pública (restaurantes), práticas comerciais (saldos), segurança (materiais de construção) e propriedade intelectual (artefactos de metais preciosos). Tendo em conta a afluência de turistas em Agosto aos locais de veraneio, a IGAE desenvolveu a fiscalização das condições higio-sanitárias de instalações, equipamentos, manipuladores e géneros alimentícios nos estabelecimentos de restauração e similares, situados sobretudo junto a praias, parques



de campismo, termas, mercados e feiras. Nesta área foram realizadas 519 inspecções no âmbito das quais foram instaurados 102 processos relativos a produtos alimentares estragados, falta de higiene, não afixação de preços, falta de autorização de laboração e de livro de reclamações, encerrados dois estabelecimentos e apreendidos 187,62 quilogramas de carne e peixe e 11 litros de óleo. A IGAE realizou no mesmo período 468 inspecções a estabelecimentos comerciais para verificar o cumprimento das disposições legais que regulam os saldos. Foram instaurados 105 processos referentes a falta de indicação do período de saldos, saldos fora do período legal, falta de afixação de preços e publicidade enganosa.

Para fiscalizar a segurança de materiais de construção (cimentos, telhas, tijolos e abobadilhas, varões de aço para betão e tubos e acessórios para canalizações) foram também inspeccionados 211 agentes económicos, tendo sido instaurados 13 processos – fundamentalmente por falta de certificado de conformidade e de marca do fabricante – e apreendidos vários tipos de produtos. A IGAE fiscalizou ainda 224 agentes económicos para verificar artefactos de metais preciosos – a marcação legal nas barras, medalhas, relógios com caixa de metal precioso – e os documentos relativos ao exercício da actividade. Foram instaurados 48 processos e apreendidos objectos em ouro e prata.

### COIMBRA

#### Transportes

## PORTUGAL VAI TER MINI-AUTOCARROS ELÉCTRICOS A BATERIA

**O director-geral dos Transportes Terrestres, Jorge Jacob, mostrou-se no dia 13 convicido de que Portugal poderá ser o terceiro país a ter em circulação mini-autocarros eléctricos a bateria, como acontece já em Itália e Inglaterra.**

**O**s autocarros eléctricos Tecnobus – Gulliver são de pequena dimensão (cinco metros), de forma a poderem circular em centros históricos, num convívio saudável com as pessoas que passeiam a pé pelas artérias, porque não polui nem faz barulho. Roma é a cidade que reúne maior número destes autocarros, sendo que, em toda Itália,

há já 200 a circular. Também são utilizados em Liverpool e Bristol, Inglaterra e, segundo Jorge Jacob, a próxima cidade a tê-los pode ser portuguesa. Um autocarro eléctrico Tecnobus – Gulliver, que participou no primeiro Circuito Nacional dos Veículos Eléctricos (entre Aveiro, Leiria, Évora e Beja), foi apresentado em Coimbra, que o apadrinhou por ser a única cidade portuguesa que ainda tem (22) tróleis a circular. Segundo Robert Stussi, vice-presidente da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico, o preço destes autocarros «é realmente alto», cerca de 30 mil contos já com o conjunto de duas baterias incluído mas, por outro lado, «a energia é muito mais barata do que o gasóleo».

Apesar do preço, o director-geral dos Transportes Terrestres está optimista que, a curto prazo, os autocarros eléctricos circulem pelos centros históricos portugueses, até porque actualmente há modos de financiamento que facilitam a sua aquisição. «As empresas interessadas podem contar com o nosso apoio», garantiu Jorge Jacob, sublinhando que «apoios irão haver, a forma e o quantitativo é que irão depender». O Gulliver - que tem oito lugares sentados e 19 de pé - foi experimentado na cidade de Coimbra, passando pela Sé Velha, uma zona muito íngreme, de ruas estreitas, onde não circula qualquer autocarro e está constantemente entupida de automóveis estacionados. Futuramente, dois autocarros ficarão à

experiência em Portugal, devendo ser Coimbra a primeira cidade a acolhê-los, adiantou.

#### Coimbra pioneira

O responsável da DGTT explicou que Coimbra foi a escolhida para apresentar a viatura por ser «o bastião do veículo rodoviário eléctrico» do País e também por ter sede na Marcopolo (empresa de capital brasileiro), que está a negociar a patente do fabrico dos autocarros para a América Latina. O presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, referiu que Coimbra tem vários problemas de circulação, sendo os autocarros eléctricos uma forma de «resolver a mobilidade sem ferir o ambiente e afectar o património construído».

### ECONOMIA

#### Indústria

## FÁBRICA PARA NOVO CARRO «PININFARINA»

**O** empresário e ex-projectista italiano da Ferrari Sérgio Pininfarina afirmou, no dia 17, já ter concluído dois terços do trabalho com o Governo português para a instalação de uma fábrica de tecnologia de ponta no País. As declarações do conceituado designer italiano foram proferidas após ter sido recebido por António Guterres, em São Bento,

reunião em que também esteve presente o ministro da Economia, Braga da Cruz. No entanto, Sérgio Pininfarina disse ainda ser cedo para especificar que volume de investimento está disposto a aplicar em Portugal ou mesmo que tipo de automóvel pretende construir, apenas tendo adiantado que o seu projecto poderá envolver a construção de um carro na linha de evolução do protótipo «Metro Cubo» - uma viatura de

características citadinas. «Quero ajudar a indústria portuguesa a crescer, tanto do ponto de vista técnico e no domínio do conhecimento, como ao nível da utilização de tecnologias de ponta», acrescentou o empresário italiano. Por sua vez, o ministro da Economia referiu que, se o acordo vier a ser alcançado no final deste ano, o Governo português e Sérgio Pininfarina entrarão numa segunda fase.

Nessa segunda fase, o objectivo será dotar a indústria nacional automóvel de capacidade tecnológica, através da criação de centros de competências junto das universidades, com a formação de quadros especializados. «Só depois, então, se conhecerá a localização da fábrica, bem como questões como o tipo a quantidade de produção do novo automóvel a construir», acrescentou Braga da Cruz.



## REFORÇO DAS RELAÇÕES POLÍTICO-PARLAMENTARES

O Presidente da República, Jorge Sampaio, recebeu, no dia 17, o presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Aristides Raimundo Lima, no âmbito da visita oficial de cinco dias a Portugal destinada a reforçar a cooperação entre os dois países. Em declarações à Imprensa, depois da audiência com Jorge Sampaio, Aristides Lima afirmou que o objectivo do encontro foi também agradecer o empenho do Estado português no âmbito das eleições legislativas cabo-verdianas, que se realizaram em Fevereiro deste ano.

O presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde manifestou ainda ao chefe de Estado português o seu «apreço pela forma como a comunidade cabo-verdiana é atendida em Portugal».

Aristides Lima acrescentou que entregou a Sampaio uma mensagem pessoal do seu homólogo cabo-verdiano, Pedro Pires, sem especificar o seu conteúdo.

O presidente da Assembleia Nacional cabo-verdiana, que visita oficialmente Portugal a convite do Parlamento português, disse que a deslocação visa ainda «reforçar as relações político-parlamentares que existem há muito tempo entre os dois países».

Aristides Lima encontrou-se na passada quarta-feira com o seu homólogo português, António Almeida Santos, que lhe formulou o desejo de que o próximo encontro entre presidentes dos parlamentos dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se realize em



Cabo Verde, dentro de dois meses.

Em seguida, o político cabo-verdiano teve um encontro com o presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Vítor Sá Machado, a quem manifestou «apreço pelo apoio que a Fundação tem dado (a Cabo Verde), nos domínios da arte, da saúde e da educação». O responsável parlamentar de Cabo Verde assinou ontem com a Faculdade de Direito de Coimbra um protocolo de cooperação técnica e científica para formação de deputados na área de direito constitucional e parlamentar.

A visita do responsável parlamentar cabo-

verdiano a Portugal, a primeira que realiza desde a tomada de posse do governo do Partido para a Independência de Cabo Verde (PAICV), em Fevereiro, termina na próxima hoje, com uma audiência com o primeiro-ministro, António Guterres, uma reunião com a Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República e uma visita à sede da CPLP.

**Cabo Verde: RDP amplia emissões e cooperação técnica**

A RDP-África vai alargar a sua rede de

emissores em Cabo Verde, estendendo as emissões às ilhas do Fogo, Brava, Santo Antão e S. Nicolau.

Uma delegação da emissora constituída pelo seu presidente, José Manuel Nunes, pelo director da RDP-África, David Borges, e por outros funcionários visitou na semana passada aquele país, onde assinou dois acordos de cooperação com a sua congénere local.

Esses acordos visam o apoio da RDP à Radiotelevisão Cabo-Verdiana (RTC) na aquisição de equipamentos e apoio técnico na concepção e instalação de sistemas e serviços, assim como apoio à formação de quadros da RTC através de estágios profissionais nos domínios do jornalismo, realização e produção de programas.

A extensão da rede da RDP-África às ilhas do Fogo e Brava, Santo Antão e S. Nicolau permitirá, como contrapartida para a RTC, o reforço das suas emissões nessas ilhas.

A Radiodifusão Portuguesa vai também em breve atribuir várias bolsas de estudo a profissionais da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique para formação nos sectores de emissores e estúdios, informática e sistemas de gestão administrativa, segundo nota da RDP.

Durante a deslocação a Cabo Verde, a delegação da RDP visitou a ilha de S. Vicente, onde homenageou a Escola Musical de Mestre Luis Morais «pela preciosa actividade que desenvolve no campo da cultura», oferecendo-lhe um lote de instrumentos musicais.

## CAIO ROQUE AFIRMA QUE É PRECISO MOBILIZAR OS PORTUGUESES

O deputado socialista Caio Roque considera que a nova distribuição dos mandatos do Conselho das Comunidades é uma «situação prevista, que deve mobilizar todos para que os não-residentes se inscrevam nos consulados».

«Isto prova que tenho razão no que sempre tenho defendido: deve haver um caderno eleitoral único para todos os actos eleitorais em que os emigrantes participam: Conselho das Comunidades, Legislativas e Presidenciais», acrescentou.

Eleito pelo Círculo de Fora da Europa, precisamente onde se registaram as maiores quebras de representatividade no Conselho, Caio Roque disse que os números das inscrições consulares, que deram origem a esta nova distribuição, «são o que são, não se podem pôr em causa os números obtidos



pelos consulados, onde trabalham pessoas sérias e honestas».

«O que se tem agora de fazer é mobilizarmos todos para que os portugueses residentes no estrangeiro se inscrevam nos consulados para se sentirem representados e para que possam ser eleitos», comentou.

«Se estes números não correspondem à realidade das comunidades, é preciso, disse, fazer com que as inscrições nos consulados reflitam minimamente essas comunidades, pois o Estado tem de saber quantos cidadãos tem a residir fora das suas fronteiras», afirmou ainda.

«Lamento que o círculo eleitoral pelo qual fui eleito tenha diminuído drasticamente e não esteja representado de forma mais numerosa, mas agora há que fazer um trabalho de sapa, e eu estou pronto para ajudar nesse trabalho», concluiu.

**Vice-presidente da União dos Educadores da IS**

De salientar, por outro lado, que Caio Roque, deputado socialista eleito pelo círculo Fora da Europa, foi eleito vice-presidente da União dos Educadores da Internacional Socialista (IS).

O camarada Caio Roque passa a figura no elenco dirigente da União de Educadores que tem por objectivo discutir novos métodos e processos educativos e aconselhar os governos e partidos que integram a IS.

A União de Educadores da IS reúne todos os anos e organiza conferências e debates «fornecendo resoluções e pistas muito importantes sobre o que de mais recente se investiga no domínio dos processos educativos», afirmou o camarada Caio Roque.



## Abrantes

### Portugal-Marrocos no estádio municipal

O estádio municipal de Abrantes vai receber, no próximo dia 29 de Setembro, pelas 17 horas, o primeiro encontro entre as principais selecções femininas de Portugal e Marrocos.



A Câmara Municipal de Abrantes apoia a realização deste jogo internacional de futebol feminino garantindo alojamento e alimentação.

## Albufeira

### Apoio para a praia de Olhos d'Água

O presidente da Câmara Municipal de Albufeira inaugurou no dia 14 as instalações de apoio à praia de Olhos d'Água.



Trata-se de uma estrutura recuperada a partir do antigo mercado da freguesia e que agora terá um posto médico (primeiros-socorros), salas de convívio e instalações sanitárias. Este investimento, de cerca de 25 mil contos, é o primeiro passo de um conjunto de obras que irá remodelar toda a baixa de Olhos d'Água.

## Fafe

### IV Festival Folclórico do Vale do Ave

Realizou-se em Fafe no passado fim-de-semana o IV Festival Folclórico do Vale do Ave, organizado pela Câmara Municipal de Fafe, por incumbência da AMAVE. O certame integrou o programa de animação paralelo à III Feira das

Associações e IV Mostra de Artesanato de Fafe.

O IV Festival Folclórico do Vale do Ave teve a participação de sete grupos folclóricos representativos de outros tantos municípios do Vale do Ave e foram indicados pelas respectivas autarquias.

### «Na cidade sem o meu carro»

A Câmara de Fafe é uma das 51 autarquias portuguesas que vão participar na campanha «Na cidade sem o meu carro», promovida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.



A autarquia de Fafe, ao participar na iniciativa, compromete-se a concretizar novas medidas permanentes que favoreçam a mobilidade e o aumento das áreas verdes e espaços públicos destinados aos peões.

## Faro

### Câmara e Eva criam novas carreiras urbanas

A Câmara Municipal de Faro e a empresa de transportes Eva criaram dois novos serviços de autocarros urbanos (minibus) que entraram em funcionamento no dia 17 de Setembro, servindo as duas maiores zonas de concentração habitacional em Faro: o Alto Rodes e o Bom João/Alto de S. António.



Os minibus são veículos de passageiros, com uma capacidade para 28 passageiros que, exteriormente, são pouco maiores que uma qualquer carinha comercial ligeira.

Com cores muito chamativas, de fácil visualização, o novo autocarro promete constituir-se como uma pequena revolução no sistema de transportes públicos.

Os minibus – criados com o objectivo de reduzir a deslocação automóvel para o centro da cidade – permitem, com facilidade,

o acesso ao seu interior dos passageiros deficientes, e com as suas pequenas dimensões asseguram toda uma agilidade no trânsito pouco habitual num sistema de carreiras urbanas.

## Lisboa

### Sala Mário Viegas cedida à Companhia Teatral do Chiado

A Câmara de Lisboa aprovou, por maioria, com a abstenção do CDS-PP e do PSD, a cedência da Sala Mário Viegas, do Teatro Municipal de S. Luís, à Companhia Teatral do Chiado.



A decisão de ceder aquele espaço por 25 anos à Companhia Teatro do Chiado, que nos últimos dois anos tem utilizado salas alternativas devido às obras de recuperação do S. Luís, teve por base um protocolo inscrito numa proposta do presidente da câmara de Lisboa, João Soares.

Segundo a proposta do camarada João Soares, aprovada pela maioria socialista e comunista, a manutenção, limpeza, vigilância e segurança da sala e acessos são da responsabilidade da autarquia que se dispõe ainda a assumir «os encargos com o fornecimento e consumo de água e energia necessários ao normal funcionamento da sala».

O protocolo define ainda que a inactividade da companhia durante nove meses seguidos é causa suficiente para a suspensão do protocolo.

Os vereadores aprovaram ainda, também com a abstenção do CDS e do PSD, uma outra proposta de João Soares de cedência do novo edifício do Teatro Aberto, situado entre a Avenida José Malhoa e a Praça de Espanha, por um período de 25 anos ao Novo Grupo de Teatro.

Durante a reunião de câmara, os vereadores aprovaram também uma proposta que prevê a cedência a título gratuito do direito de superfície de um terreno a favor da «Cooperativa Colina Jovem – Cooperativa de Habitação».

### Fogos para jovens

Com a aprovação da proposta, que teve os votos favoráveis do PCP e do PS e contrários do PSD e do CDS, o número 31 da Rua das Escolas Gerais será cedido à cooperativa para a construção de fogos para jovens da freguesia, no âmbito de um programa municipal de rejuvenescimento os

bairros lisboetas.

Os vereadores do município de Lisboa aprovaram também por maioria a transferência de mais de 220 mil contos para a EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, para a realização de obras, referente a uma proposta do vereador com o pelouro dos Bairros Históricos.

Os 220 mil contos destinam-se ao pagamento das obras efectuadas para a instalação do Museu da Marioneta, a abertura de espaços no Convento das Bernardas e a reabilitação parcial do Palácio Marquês de Tancos, que será a futura sede da EBAHL. As três propostas da autoria dos vereadores da Finanças, Fontão de Carvalho, e do Trânsito e Infra-Estruturas Viárias, Machado Rodrigues, relativas à EMEL, foram aprovadas por maioria com a abstenção do PSD.

Assim, a Câmara de Lisboa vai arrecadar apenas 25 por cento das receitas brutas da EMEL, no âmbito de um conjunto de medidas que visam o saneamento financeiro da empresa.

A redução de 50 para 25 por cento das verbas a arrecadar pelos cofres do município das receitas brutas conseguidas pela Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL) era uma das três propostas sobre aquela firma que foi a votação.

Nos termos de outra proposta aprovada, a CML propõe-se «aprovar o princípio da celebração de contratos-programa com a EMEL, destinados a compensar investimentos em projectos de interesse público e municipal e de rentabilidade não demonstrada, ligados directa ou indirectamente ao estabelecimento de parques de estacionamento e ou zonas de parquímetros».

Finalmente, os vereadores decidiram aumentar o capital social da EMEL dos actuais 300 mil contos para mais de um milhão (cinco milhões e 300 mil euros).

Os vereadores aprovaram ainda por unanimidade a criação de uma Rede de Municípios Pombalinos para promover e desenvolver culturalmente as cidades aderentes.

A proposta da vereadora Maria Calado prevê a promoção de encontros de técnicos dos diversos municípios pombalinos para troca de experiências e realização de projectos de valorização cultural.

A adjudicação de obras orçadas em cerca de 44 mil contos no parque infantil do Alvíto foi também aprovada por maioria com a abstenção do PSD.

## Montijo

### Câmara adere ao «Dia Europeu sem Carros»

No próximo dia 22 de Setembro, o Montijo vai aderir ao «Dia Europeu sem Carros» em conjunto com 50 cidades e vilas de todo o País.

Esta iniciativa tem como objectivo consciencializar os munícipes para o principal factor de degradação ambiental das cidades, principalmente nos centros e zonas de maior

afluência.

Assim, nesse dia das 8 às 20 horas, o coração da cidade vai estar restrito aos automóveis particulares desde a Praça da República até ao Parque Municipal, ficando abertas as principais vias de acesso.

## Vias pedonais e ciclovias

De salientar que autarquia do Montijo ao longo do mandato tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o trânsito na cidade.



Para isso criou vias pedonais, ciclovias e novas vias de sentido único que proporcionam a redução do tráfego no interior da cidade.

Desta forma, fazia todo o sentido que o Montijo aderisse a esta iniciativa não para testar a sua finalidade mas porque vem de encontro à filosofia utilizada pela autarquia durante todo este mandato.

## Odemira

### Autarquia conclui instalação de energia solar em 137 montes

Os cerca de 300 habitantes de 137 montes isolados do concelho de Odemira que recentemente iluminaram as suas casas através da energia solar, vão no dia 22 os protocolos de utilização daqueles equipamentos.



Em comunicado, a Câmara Municipal de Odemira explica que a instalação dos painéis fotovoltaicos processou-se entre o princípio do ano e a Primavera, num investimento que rondou os 48 mil contos (totalmente suportado pela autarquia).

Apesar de disporem de energia solar em casa desde essa altura, só agora o projecto vai ser concluído, com a entrega formal dos protocolos de utilização dos painéis

fotovoltaicos aos 137 agregados familiares. «Enquanto os montes forem habitados pelos actuais residentes, cônjuges ou herdeiros directos, o equipamento ficará ali instalado. Caso não seja cumprido o regulamento de utilização, a autarquia poderá proceder à sua desmontagem e instalação em outro monte», refere o comunicado.

A cerimónia está agendada para o salão dos Bombeiros Voluntários de Odemira, pelas 13:00, e inclui um almoço convívio para o qual estão convidados os 300 habitantes dos montes e os presidentes das respectivas Juntas de Freguesia.

O projecto de energia solar proporcionou iluminação àqueles montes isolados e possibilitou também que os moradores pudessem instalar, por exemplo, uma televisão, sem qualquer encargo.

A selecção dos beneficiários, de acordo com a edilidade, foi feita mediante um levantamento «minucioso e exaustivo», conduzido em colaboração com as Juntas de Freguesia.

«O projecto foi direccionado para famílias pobres e isoladas, cujas residências estão situadas longe das redes eléctricas existentes ou projectadas», sublinhou a Câmara Municipal.

Os montes iluminados pela energia solar situam-se nas freguesias de Luzianes-Gare, Relíquias, Sabóia, Salvador, Santa Clara-a-Velha, Santa Maria, S. Luís, S. Martinho das Amoreiras, S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes. «A energia solar veio não só oferecer a luz e melhores condições de vida a esta população que vive isolada como também a possibilidade de ver o Mundo através da televisão», congratulou-se a autarquia.

A hipótese de alargamento da iniciativa a outros montes isolados do concelho, situados em diversas freguesias rurais, está já a ser equacionada pela Câmara Municipal de Odemira.

## Penha de França

### Campanha contra dejectos caninos

A campanha promovida pela Junta de Freguesia da Penha de França contra o flagelo dos dejectos caninos na via pública tem um novo cartaz, da autoria do «designer» Artur Guerreiro.



Trata-se de um cartaz que tem por objectivo alertar para os perigos para a saúde pública que constituem os dejectos caninos nas ruas e passeios, responsáveis pela transmissão de diversas doenças graves para a saúde

humana, em especial às crianças.

Pretende-se assim, mais uma vez, sensibilizar os donos dos cães para a necessidade e dever cívico de remover os dejectos produzidos pelos seus animais e assim permitir o uso do espaço público que é de todos nas melhores condições de limpeza e higiene.

Os novos cartazes-autocolantes estão a ser colocados em diversos locais e estabelecimentos da Freguesia.

## Santo Tirso

### Projecto de valorização da área arqueológica

A Câmara Municipal de Santo Tirso acaba de candidatar ao Programa Operacional da Região Norte (medida descentralizada do Ministério da Cultura) um projecto avaliado em 83.300 contos para a conservação e valorização da estação arqueológica do Monte Padrão.



O projecto, cujos trabalhos deverão estar concluídos até ao ano 2004, inclui a construção de um centro interpretativo de toda a área arqueológica, a pavimentação de acesso à estação, as escavações arqueológicas propriamente ditas, a conservação e restauro das ruínas escavadas, a musealização das

mesmas, a aquisição de alguns terrenos e o desenvolvimento de acções promocionais.

## Sintra

### Prédios dão lugar a estacionamento no Cacém

A Câmara Municipal de Sintra vai proceder à demolição de dois prédios, na Rua Guilhermina Costa Caldas, em plena zona urbana do Cacém.



A concretização desta acção, envolvendo um investimento na ordem dos 50 mil contos, vai permitir a execução de obras de requalificação, nesta artéria, permitindo o seu alargamento e a criação de estacionamento.

## Animações de Verão

O Largo Rainha D. Amélia, frente ao Palácio Nacional de Sintra, foi palco no dia 15 de mais uma «Animação de Verão no Centro Histórico de Sintra», actividade que contou com a actuação de um grupo amador, som ambiente e artesanato.

Em frente ao palácio estiveram distribuídas várias bancas de artesanato do concelho de Sintra, num ambiente de feira medieval, podendo depois o público assistir a uma actuação da Banda da Sociedade Filarmónica e Recreativa de Pero Pinheiro.

## PORTUGAL SOCIALISTA

### TELEVISÃO SERVIÇO PÚBLICO

Com entrevista a Augusto Santos Silva

**JÁ À VENDA**

## PS EM MOVIMENTO

### AÇORES

#### V Congresso Regional

O líder da JS/Açores criticou no dia 15 o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, que considerou não ter capacidade para dar resposta a muitos dos problemas dos açorianos. Falando na abertura do V Congresso Regional da JS/Açores, que decorreu na cidade da Horta, José Carlos San-Bento, que sai da liderança dos jovens socialistas açorianos por limite de idade, referiu que muitos açorianos recorreram a medicinas ilegais.

«A situação das medicinas tradicionais nos Açores carece de enquadramento legal», lamentou o dirigente socialista.

Recordou, a propósito, que, segundo a imprensa regional, existem no arquipélago «mais de 400 curandeiros, bruxos e afins».

No seu entender, a forma como este problema está a ser ignorado poderá tornar situações pontuais em casos de saúde pública, como aconteceu há dois anos, quando mais de uma dezena de pessoas faleceu na sequência de tratamentos ministrados por um curandeiro da ilha do Pico.

José Carlos San-Bento, que será substituído na liderança da JS/Açores por Emanuel Furtado, o único militante a submeter-se a eleições neste congresso, garantiu, por outro lado, que irá continuar a defender os interesses da Juventude Socialista açoriana no Parlamento Regional, para onde foi eleito deputado o ano passado.

Da única moção global de estratégia presente no V Congresso Regional da JS/Açores, intitulada «Participar! À Esquerda», destaque para as soluções propostas pelo futuro líder dos jovens socialistas insulares para equilibrar as contas daquela estrutura partidária.

As finanças da JS/Açores, que apresentam um défice crónico, poderão recuperar, segundo Emanuel Furtado, com um aumento na transferência de verbas do Partido Socialista de 50 para 100 mil escudos mensais, bem como através de uma pequena subida nos descontos efectuados pelos deputados socialistas à Assembleia Legislativa Regional.

#### Moções sectoriais

Destaque, ainda, para a existência de duas outras moções sectoriais, uma das quais propõe soluções para a abstenção nos actos eleitorais da Região, enquanto a outra defende a aplicação de medidas efectivas de educação sexual a partir do 2º ciclo do ensino básico nas escolas açorianas.

### ANSIÃO

#### Festa-convívio

A Comissão Política Concelhia de Ansião do PS promoveu no dia 16 uma festa-convívio, na mata municipal, de apresentação oficial da candidatura do PS à Câmara Municipal de Ansião, liderada pelo camarada José Miguel Medeiros.

A festa-convívio, que foi aberta a toda a população, contou com a presença de dirigentes do partido, com especial destaque para os camaradas José Sócrates, José Lamego e Alberto Costa.

### BAIXO ALENTEJO

#### Comunicado da Federação

A Federação do Baixo Alentejo do PS, num comunicado do dia 17, saudou o camarada Agostinho Moleiro, que cessou as suas funções de governador civil do distrito de Beja, sublinhando «a grande dignidade com que exerceu as mesmas em representação do Governo e pela forma honrada como representou o distrito».

Ao mesmo tempo, a Federação liderada pelo camarada Luís Ameixa congratulou-se com a decisão do primeiro-ministro e do Governo de nomear como governador civil o camarada Manuel Masseno, «uma personalidade socialista de reconhecido mérito, como cidadão e como homem político».

### CASCAIS

#### Lamego organiza convenção cultural

O candidato do PS à Câmara de Cascais, camarada José Lamego, realizou no sábado uma convenção cultural, onde foi aprovado um documento com as linhas orientadoras do partido para a área da cultura no concelho.

«Um balanço sério e objectivo da gestão cultural socialista e a definição da estratégia para o próximo mandato são os objectivos deste encontro», afirmou José Lamego.

O candidato socialista garantiu ainda que é apoiado por «90 por cento das personalidades ligadas à área cultural do concelho de Cascais».

A iniciativa, que decorreu durante todo o dia no Hotel Baía, em Cascais, visou a aprovação de um programa para o sector e serviu para anunciar uma lista de mais de 60 personalidades da cultura, das artes e do espectáculo que apoiam José Lamego na corrida ao cargo de presidente da autarquia.

Luis Francisco Rebelo, José Manuel Tengarrinha, João Medina, Eduardo Prado Coelho e Helena Cidade Moura são algumas das figuras que participaram no encontro cultural. O evento contou ainda com as presenças do escritor e jornalista José Carlos de Vasconcelos, do encenador Carlos Avilez e do músico António Manuel Ribeiro.

### ODIVELAS

#### Convenção autárquica

O PS divulgou, no dia 16, as conclusões da I Convenção Autárquica do Concelho de Odivelas, e onde, entre outros pontos, se defende a revisão da lei sobre a legalização dos áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), vulgo bairros clandestinos.

A Convenção decorreu, sábado, na Póvoa de Santo Adrião, contando com a presença de, entre outros, Jorge Coelho e Edite Estrela. O presidente da concelhia local e deputado, Vítor Peixoto, liderou os trabalhos.

Foram também apresentados os candidatos socialistas às eleições autárquicas, encabeçados pelo actual presidente da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, que disputa a presidência da Câmara, Manuel Varges, e pela jurista Susana Amado, que se propõe conquistar a presidência da Assembleia Municipal.

Os socialistas justificam a necessidade de rever a lei da AUGI por a actual, apesar de «boa», ter ainda «muitas limitações». Segundo afirmam nas suas conclusões, no Concelho, vivem em bairros clandestinos quarenta mil pessoas, número que pode «duplicar nos próximos anos».

O Concelho tem 134 mil habitantes, dos quais 70 mil activos, trabalhando em Lisboa 40 mil, segundo estatísticas referidas nas conclusões socialistas.

Os três «eixos fundamentais» em que o PS vai apostar para desenvolver o concelho, se for eleito, serão o crescimento económico, a aprendizagem e o conhecimento, e o desenvolvimento sustentado.

Contudo, «o associativismo cultural, desportivo e juvenil é um ponto fundamental do programa do PS», uma vez que existem no novo concelho 26 associações juvenis, 53 clubes desportivos e 17 associações culturais.

### PORTALEGRE

#### Apresentação do candidato PS

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, afirmou no dia 16, em Portalegre, que os resultados das eleições autárquicas de Dezembro não colocarão em causa a liderança do partido, nem a estabilidade governativa.

Jorge Coelho falava na Estalagem Quinta da Saúde, na apresentação pública da recandidatura do socialista Amílcar Santos à Câmara Municipal de Portalegre.

«As eleições autárquicas são para escolher candidatos e para resolver os problemas das pessoas. Não queremos tirar conclusões a outro nível», disse o dirigente socialista.

Segundo Jorge Coelho, para o PS «nem está em causa a liderança do partido, nem a queda de qualquer governo».

«Essas políticas deixamo-las para partidos que não têm com que se preocupar», adiantou Jorge Coelho, segundo o qual é noutros partidos que há quem se preocupe com resultados eleitorais, para avaliar se as lideranças solidificam ou caem.

Relativamente à recandidatura de Amílcar Santos, o dirigente socialista apelou a uma maioria absoluta.

«A estabilidade governativa é importante para garantir o desenvolvimento do concelho. Amílcar Santos nunca cruzou os braços e soube reivindicar, pelo que é justo que seja reeleito», sustentou. O candidato socialista à câmara de Portalegre, perante meio milhar de apoiantes, referiu a resolução do problema do abastecimento de água ao concelho como a «grande obra» do primeiro mandato.

«Assumi o compromisso de resolver a questão da água e foram investidos mais de um milhão de contos», disse.

No futuro, acrescentou Amílcar Santos, será necessário investir na substituição das condutas no interior da cidade.

### VILA REAL

#### Alfredo Teixeira mandatário

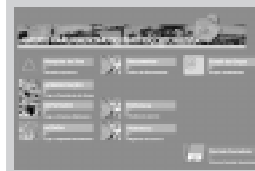
Alfredo Teixeira é o mandatário da candidatura do PS à Câmara Municipal de Vila Real, de onde é natural e onde sempre viveu e trabalhou.

Aposentado da Administração Pública, desempenhou durante muitos anos funções de chefia no ex-Centro Regional de Segurança Social.

Entre outras actividades de carácter social e desportivo, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e director do Sport Club de Vila Real durante 10 anos.

Fundador do Clube de Pesca Desportiva, é sócio de mérito da Associação de Futebol de Vila Real e sócio nº 2 do Ginásio Clube de Vila Real.

Actualmente, é presidente da Assembleia de Freguesia da Nossa Senhora da Conceição e desempenha funções empresariais e de gestão.



### Nova página Web do GP/PS

A nova página Web do GP/PS vai ser apresentada hoje, pelas 14.50 horas. A sessão de apresentação decorre na sala do GP/PS na Assembleia da República, que contará com a presença do líder da bancada socialista, camarada Francisco Assis.



PERSPECTIVA

Jorge Coelho

## O ALQUEVA



**N**o último fim-de-semana tive oportunidade de visitar Cuba, uma das mais bonitas vilas alentejanas. É um concelho que foi gerido desde o 25 de Abril pelo PCP e há quatro anos apostou na mudança com o presidente Francisco Orelha, que tem melhorado substancialmente a qualidade de vida dos seus concidadãos.

No Centro Cultural, completamente remodelado e com grande afluência de pessoas, tive a oportunidade de ver a alegria e a esperança que vai hoje no Alentejo pelo facto de se estar a cumprir Alqueva.

A barragem do Alqueva foi uma das promessas que se arrastou durante dezenas de anos. O poder central alimentava continuamente essa esperança. O poder local aproveitava a revolta das pessoas pelo facto de o País não fazer essa demonstração de solidariedade com o Alentejo.

E a verdade é esta: é agora, com o Governo do PS liderado por António Guterres, que Alqueva se está finalmente a concretizar.

Trata-se de um projecto fundamental para o Alentejo.

A sua componente agrícola visa a beneficiação pelo regadio de cerca de 110 mil ha nos distritos de Évora, Beja e Setúbal.

Esta importante obra é composta pela Barragem do Alqueva com uma superfície de albufeira de 250 k2 (25000ha), capacidade de 4 000 milhões k3 a que corresponde uma reserva de água para três anos de consumo médio de sistema.

Constituem também pontos importantes no



empreendimento 17 barragens intermédias, 17 canais a céu aberto com uma extensão total de 680 km, 18 estações elevatórias principais, sendo de destacar a de Alqueva-Alaros que retira directamente a água da albufeira do Alqueva elevando-a a 90 m, para a rede primária do sub-sistema de Alqueva, alimentando cerca de 70 000 há de regadio e fornecendo água para consumo urbano em Beja, Alvitro, Évora, Cuba, Vidigueira e Aljustrel, bem como para o Complexo Industrial de Sines.

Construir-se-ão também seis pequenas centrais hidroeléctricas, 96 depósitos de regularização, 96 Estações Elevatórias secundárias, 4400 km de condutas aterradas, 1.000 hidroantes, 1.000 km de rede viária e 1

000 km de rede de drenagem.

Reconhecamos que é uma obra de grande envergadura...

Mas para que serve tudo isto? Em primeiro lugar, vai transformar totalmente o actual modelo agrícola de sequeiro de cariz marcadamente cerealífero que é pouco rentável. O Alqueva vai criar condições, através do regadio, para a introdução de sistemas de cultivo mais intensivos, com maiores margens de rentabilidade e dando preferência a actividades associadas a sistemas de agricultura mediterrânica, designadamente na área dos produtos frutícolas, hortícolas, no olival, nas uvas e nos frutos secos.

Todas estas transformações na área agrícola

tiveram na reunião que o Conselho de Ministros realizou no local, no último dia 3, a consolidação definitiva da sua componente hidro-agrícola. Foi decidido criar um Banco de Terras, foi instituído o direito de preferência a favor do Estado relativamente aos prédios abrangidos por investimentos públicos, foi criado um Fundo de Mobilização de Terras, foi definido um Novo Modelo de Gestão para os Perímetros de Rega, instituindo o Dever de Rega e, finalmente, foi aprovado o preço da água a cobrar aos agricultores, para o ano de 2002, tendo sido fixado o valor de 11 escudos/m<sup>3</sup> (que deverá ser anual e progressivamente actualizado, até atingir o valor de 16.50 escudos/m<sup>3</sup> a partir de 2008).

Cairam, assim, por terra todos os argumentos que alguns velhos do stelo tinham sobre o Alqueva. No fundo, clamavam muito por ele, mas o que lhes era politicamente conveniente, era que nunca se realizasse.

A confiança que vi nos olhares das pessoas de Cuba é a confiança de quem, finalmente, vê chegar às suas terras o progresso e o desenvolvimento.

É também por isto que, a maioria dos que vivem e trabalham no Alentejo, se têm afastado do projecto político liderado pelo PCP e decidiram, com o PS, tomar em mãos o processo de modernização e desenvolvimento que está a ser levado a cabo no Alentejo.

Com o Alqueva, os alentejanos verificam que o PS prometeu e está a cumprir um dos projectos mais importantes para a região e para o país.

POLÍTICA

Gil França

## A RENTRÉE REPRISÉ... E MAIS NADA

**O** último fim-de-semana foi especialmente assinalado pela rentrée dos principais partidos políticos.

Se do dr. Paulo Portas o insuspeito Vasco Pulido Valente disse que «berrou como um possesso» – acho esta imagem um mimo – o que não dizer então da gritaria infernal, em quase permanente falsete, do Dr. Durão Barroso, no seu comício em Ilhavo?

Qualquer cidadão com um mínimo de senso fica perplexo e incrédulo perante tanta inflamação e virulência, absolutamente desproporcionadas.

Como não acreditado que um e outro não disponham de assessores de «marketing», nem que eles próprios não se revejam, ao menos uma vez por outra, nos telejornais, só posso deduzir que chegarão muito mais depressa a sopranos de um qualquer coro, do que ao cargo de primeiro-ministro.

Lamentavelmente, uma vez mais, nada de original nos trouxeram. A conversa habitual, as lamentações do costume, os cenários apocalípticos de sempre.

O dr. Paulo ameaçou, pela enésima vez, que vai bater com a porta, isto é, a tradicional moção de censura ao Governo.

O dr. Barroso, para não lhe ficar atrás e mostrar que é durão, veio também pela milionésima vez, com a crónica moção de confiança.

Ou seja, incapazes de qualquer contributo válido para os problemas reais dos portugueses, tentam, com a incrível complacência dos media, (só mesmo neste País!) disfarçar a sua mais do que evidente incapacidade, recorrendo a expedientes laterais que resultariam numa situação de instabilidade política de consequências gravosas, absolutamente indesejável.

Era só o que nos faltava nesta fase difícil de abrandamento da conjuntura económica internacional, a que o País não está imune, precisando, justamente, de ultrapassá-la o mais depressa possível, para o que é necessário todo o esforço e coesão, mas também a indispensável estabilidade política e social.

Verdadeiramente comovente foi o apelo

público para que nas eleições autárquicas, em Dezembro próximo, os portugueses mostrem o cartão vermelho ao Governo.

Eis, então, a grande inovação da «rentrée» política dos doutores Portas & Durão, Lda: que nessas eleições o Povo em vez de se concentrar nas competentes candidaturas em cada Município e respectivos projectos, no mérito ou demérito dos mesmos, se preocupe antes na avaliação do Governo. É assombrosa esta concepção da democracia, bem ilustrativa da pouca importância que lhes merece o Poder Local. Apetece perguntar, porquê então a realização de eleições autárquicas, se é o Governo o objecto da avaliação?

Mas pior do que essa salganhada de dislates é a confusão que vai naquelas cabeças, ao ponto de, até, fazerem a apologia do absurdo.

De facto, se porventura essa ideia peregrina vingasse, estaríamos confrontados com a hipótese absurda da eleição dos autarcas se fazer não em função do mérito e valor próprios de cada candidatura, mas

consoante a volatilidade das marés, favoráveis ou não, aos governos.

Por outras palavras, eleger o melhor passaria a ser secundário. O importante seria o ajuste de contas com o governo.

Que grande serviço ao País e à democracia!...

Insatisfeitos, entenderam por bem, alvitrar que caso o PS não vença as eleições autárquicas o Sr. Presidente da República deve ser o detonador da crise.

Só que se esqueceram de dois pormenores: Primeiro, no tempo dos governos do dr. Cavaco Silva o PSD perdeu por duas vezes as eleições autárquicas, uma das quais de forma estrondosa.

Não consta que nessa altura tivessem exigido a demissão do Governo?

Segundo, em caso de novo fiasco eleitoral, vão manter-se à frente dos partidos, tal como em 99, depois de expressivamente rejeitados pelos portugueses?

Final, quem é que está agarrado ao Poder? Convenhamos que ser líder da Oposição não é coisa de se deitar fora.

## AQUELA TRÁGICA TERÇA-FEIRA



**A**inda é cedo (escrevo na quinta-feira) para extrair todas as consequências da inacreditável tragédia ocorrida nos Estados Unidos, na terça-feira, 11 de Setembro de 2001. As imagens são horríveis e não saem das nossas memórias! Escreveu-se – e bem, quanto a mim – que nada ficará como dantes, nem na América nem no mundo, depois dos tremendos ataques suicidas que fizeram muitos milhares de vítimas indefesas (não se sabe ainda quantas) e antingiram pontos nevralgicos e simbólicos do poder americano: o financeiro, o militar e o político. Ao espanto, ao horror e à incredulidade sucedeu de imediato o repúdio universal pelo ataque terrorista, com que ninguém contava. A União Europeia solidarizou-se com a América, sentindo-se como se tivesse ela própria sido atingida. E foi Porque se tratou de uma agressão aos valores da liberdade e das sociedades abertas ocidentais, onde podia mais doer, precisamente a América, considerada invulnerável no interior das suas fronteiras.

A Rússia e a China declararam-se disponíveis para participar numa frente global antiterrorista, coordenada pela Nações Unidas. De toda a parte, de Cuba à Coreia do Norte, da Palestina ao Líbano, ao próprio Ategiastão (disposto agora a extraditar Bin Laden) chegaram palavras de pesar e a expressão de condolências. Arafat fotografou-se a extrair sangue para simbolicamente o enviar para os Estados Unidos. Como muitos milhares de pessoas em todo o mundo. O «Le Monde» escreveu «somos todos americanos», parafraseando a frase célebre de Kennedy quando nos tempos da «guerra-fria» visitou Berlim, sob bloqueio, e disse: «Somos todos

berlinenses.» Foi o meio que o «Le Monde» encontrou para exprimir um sentimento universal de solidariedade que, seguramente, conforta a América. Sobretudo neste momento grave da sua história – comparado a Pearl Harbour – em que surgirá a tendência para duvidar das antigas «certezas» americanas...

O Presidente Bush emendou a mão e mudou de tom – felizmente ! – no seu terceiro discurso aos americanos, proferido a partir já da Casa Branca. Teve uma reacção mais racional e menos emotiva. Em vez de falar de punição – contra quem? – insistiu na necessidade de averiguar, com calma, quem são os verdadeiros responsáveis (pessoas, organizações ou, eventualmente Estados), e de coordenar a luta contra o terrorismo com os aliados da América. Colin Powell, bem mais subtil, foi mais longe: propõe que a luta antiterrorista se alargue aos países árabes, para excluir qualquer hipótese de guerra religiosa – o «clash of civilizations», na profecia de Huntington.

O incrível da situação resulta da circunstância insólita de o inimigo não ter rosto nem se saber quem é e onde está. Com alguma probabilidade encontra-se, organizado, nos próprios Estados Unidos. O que demonstra duas coisas: que houve falhas graves nos serviços de informação e inteligência dos Estados Unidos; e que a política externa (tanto de construir um escudo nuclear contra ataques de mísseis vindos do exterior não se adapta às realidades e ameaças reais do nosso tempo, relevando, pelo contrário, da época ultrapassada da «guerra-fria».

Porque os ataques não foram feitos com mísseis nem com armas sofisticadas: foram levados a efeito por «kamikases» (suicidas,

com os próprios aviões desviados das linhas comerciais americanas e partindo de aeroportos dos Estados Unidos. Em termos militares, dir-se-ia: com uma economia de meios espantosa, mas com uma eficácia de destruição e um poder de coordenação verdadeiramente extraordinários. Como foi possível que tudo isso acontecesse nos Estados Unidos sem que os respectivos serviços secretos suspeitassem de nada? Eis a questão prioritária. Porque contra o terrorismo luta-se, principalmente, através da informação.

Vivemos num mundo desregulado, onde a criminalidade internacional organizada tem poderosíssimos recursos, onde o chamado «dinheiro sujo» se insere nos circuitos financeiros internacionais e procura influenciar os meios mediáticos e políticos e onde a afeição do lucro fácil e especulativo facilita a corrosão dos valores éticos que deveriam orientar as sociedades abertas. O tremendo sinal de alerta que representa, para milhões de seres humanos, em toda a terra, o horror dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, talvez sirva para tornar evidente a urgente necessidade de uma verdadeira cultura da paz, de uma ordem internacional mais justa e regulada, de acordo com os valores e as normas do Direito Internacional, no quadro das Nações Unidas.

Nas sociedades abertas a opinião pública é o que mais conta. Não há outro suporte mais eficaz para os Governos. Ora começa a esboçar-se uma opinião pública global – que é um fenómeno novo, como demonstra a tragédia que acabamos de viver – que é preciso saber ouvir. É a primeira linha de segurança da sociedade livre.

O conflito israelo-palestiniano, que tem

vindo a resvalar para formas de violência de uma enorme crueldade, terá alimentado porventura alguns dos ódios agora desencadeados. Não terá sido por acaso que os terroristas escolheram Nova Iorque, a metrópole onde a comunidade judaica tem mais força. Terão os Estados Unidos e a União Europeia feito tudo o que poderiam para impor a paz no Médio Oriente, e fortalecer, nos dois campos, os partidários da paz? A violência dos falcões é contagiosa e está provado que não leva a lado nenhum.

Como medidas de segurança, tomadas sem critério. Espero que os Estados Unidos – e a União Europeia – com autonomia estratégica mas coordenada, bem como a comunidade mundial no seu conjunto, encontrem e reforcem, com bom senso e inteligência, os caminhos da paz, através de mais democracia e de maior respeito pelos Direitos Humanos. A liberdade nasce na consciência das pessoas e não no reforço das medidas de segurança e das barreiras policiais. Bem como a confiança no futuro, tão importante num Estado, como a América, à beira da recessão...

in-Expresso», 15-09-2001





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Escultura em Abrantes**

O escultor abrantino Santos Lopes expõe as suas obras mais marcantes nas galerias da Biblioteca Municipal António Botto. A mostra retrospectiva, que permanecerá aberta até ao próximo dia 27, integra esculturas de fases distintas da carreira do artista, como as peças da série *Fragmentos Poéticos – Fernando Pessoa*, inspirada nos revolucionários poemas do poeta português e seus heterónimos; ou ainda os trabalhos da fase *Isadora Duncan*, com trabalhos inspirados na vida e obra da notável bailarina norte-americana.

**Fado em Albufeira**

A partir de amanhã e até quarta-feira, dia 26, o Estúdio Alfa exhibe o filme «Matadoras, de David Mirkin, com Sigourney Weaver, Jennifer Love Hewitt e Ray Liotta nos papéis principais. Também amanhã, arranca o V Concurso de Fado Amador – «Cidade de Albufeira». Na primeira de cinco eliminatórias ouvir-se-ão talentos sénior e juvenis cantar o fado na Associação Musical e Recreio Popular de Paderne. Este sábado, assista à cerimónia inaugural da exposição do pintor David Levy, que se realizará, às 15 e 30, na Galeria Municipal. A Companhia de Teatro do Algarve (ACTA) regressa à cidade, no dia 26, para apresentar o espectáculo «Auto das Andanças». O palco será o Largo 25 de Abril, ao ar livre, a partir das 22 horas. Um conjunto de engenhos e «passarolas» promete deliciar os espectadores, numa alusão aos descobrimentos portugueses. «Arte ABC 2001» é o título da mostra de pintura da autoria e Georgij Labunin que se encontra patente ao público no Museu Municipal de Arqueologia. A exposição pode ser visitada de terça-feira a domingo, até 17 de Outubro, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

**Magia em Coimbra**

Amanhã e no sábado, não perca a «Gala Internacional de Magia», que decorrerá, a partir das 21 e 30, no Teatro Académico de Gil Vicente, com a participação dos ilusionistas Johnny Lonn (Suécia), Yumi (Japão), Tommy Wonder (Holanda), Jorge Blass (Espanha) e Leonardo (Espanha). Jorge Castilho, José Manuel Viegas e Campos Coroa apresentam a obra «O Coração ao Pé da Boca», de Carlos Carranca, no dia 21, no restaurante «A Democrática», pelas 18 e 30. A Praça do Comércio acolhe este sábado, como todos os quartos sábados de cada mês, a Feira das Velharias.

**Livro em Fafe**

O lançamento da obra «Dicionário dos Fafenses», de Artur Coimbra, acontece amanhã, no Estúdio Fénix, pelas 21 e 30. O mesmo espaço cultural será reservado, nos dias 24, 25 e 26, para um espectáculo de

variedades, uma passagem de modelos e jogos (damas, cartas, dominó, malha e matraquilhos, respectivamente, um programa de ocupação de tempo integrado na iniciativa «Semana do Idoso».

**Teatro em Guimarães**

A companhia Lua Cheia – Teatro para Todos, leva à cena, hoje, às 10 e pelas 15 horas, a peça infantil «O Ogro Vagaroso», no palco do auditório da Universidade do Minho. «Liam», uma realização de Stephen Frears do presente ano, é o filme que poderá ver se passar pelo auditório, este domingo, dia 23, às 21 e 45. Na próxima quarta-feira, na «Hora dos Conto» (11 horas), os mais pequeninos ficarão a (re)conhecer a história «O Gato e o Rato», de Luísa Ducla Soares, no Posto de Animação de Leitura Ronfe.

**Cinema em Lisboa**

No âmbito do V Festival de Cinema Gay e Lésbico, decorre, no Forum Lisboa, a partir de hoje e até sábado, o «Hard Night – Ciclo/Retrospectiva Bruce La Bruce». Amanhã é dia de estreias nas grandes salas de cinema lisboetas. Assim, as fitas debutantes para esta semana são «Vou Para Casa», de Manoel de Oliveira; «Coração de Cavaleiro», de Brian Helgeland; «Legally Blond», de Robert Luketic; e «The Score – Sem Saída», de Frank Oz. O bailado clássico «A Cinderela», com coreografia de Jean-Christophe Maillot, estará no Coliseu dos Recreios, até domingo, dia 23, sempre às 21 e 30, com o magistral desempenho dos dançarinos do Ballet de Monte Carlo.

**Conferência na Lousã**

O Ciclo de Conferências «Crianças e Jovens em Risco» decorre, amanhã, a partir das 14 e 30, no auditório da Biblioteca Municipal, com a participação de João Pedroso, presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens. Este fim-de-semana, dias 22 e 23, realiza-se o II Enduro da Lousã de Atletismo. O «Salão de Pintura Naive da Lousã» estará aberto ao público, até ao dia 7 de Outubro, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal Professor Álvaro Viana de Lemos.

**Concerto em Paredes de Coura**

Ricardo Barceló, guitarrista hispano-uruguaio, e Yakov Marr, violinista russo, interpretam obras de Carlos Seixas, Paganini, Jorge Cardoso, entre outros compositores, hoje, às 15 e 22 horas, no Centro Cultural. Amanhã, às 22 horas ou no sábado, pelas 23 horas, leve os seus filhos à exibição, no mesmo espaço, do filme, «Sherk», assinado por Vicky Jensen e Andrew Adamson.

**Espectáculo em Portimão**

A zona ribeirinha da cidade servirá de palco para a peça «A Barraca do Gregório», uma peça interpretada pela companhia teatral ACTA.

**Revista em Vila Real de Santo António**

Amanhã, sexta-feira, dia 21, não perca «Tem a Palavra a Revista», um evento a realizar-se no Centro Cultural António Aleixo, a partir das 22h.



SUGESTÃO

**Bombas Curtas**

No âmbito do Ciclo de Jovens Coreógrafos, que decorre no Centro Cultural de Belém, realiza-se, de 20 a 23 de Setembro, na Sala de Ensaio, às 23 horas, a apresentação de «Bombas Curtas». Trata-se de um espectáculo de dança produzido pela Associação de Promoção Cultural Bomba Suicida. «Bombas Curtas» é também um evento constituído por sete pequenas peças de sete diferentes coreógrafos, por uma instalação e por uma mostra de vídeo. Os artistas da Bomba Suicida optaram por um formato coreográfico tipo «peças de bolso», que acabam por ser o fio condutor do próprio espectáculo e que, simultaneamente, funciona como aglomerador de personalidades bem diversas. Com duração aproximada de uma hora e 45 minutos, «Bombas Curtas» integra, pois, as coreografias de Filipe Viegas (*Can I Help You?*), Tânia Carvalho (*A Corte*), Pedro Pinto (*Com Titulo*), Paulo Brás (*Moviedriver*), Sónia Baptista (*Haiku 7*), Graça Pinto (*Cowboys Don't Cry*) e Tiago Guedes (*Best Of*); uma instalação a cargo de David Miguel e uma sessão de vídeo (*Diafragma*) de Vasco Diogo.

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**A tentadora voz**

Passei ontem à porta da casa onde nasci. Rés-do-chão, fachada da azulejos verdes. Nada no interior me lembrou a minha presença naqueles quartos que foram os da felicidade de meus pais, num tempo austero e inquieto. Chamei, mas ninguém respondeu, nem sequer o eco da minha voz distante inquirindo ventos, marés e estrelas sobre o destino dos seres amados.

Um homem pode descobrir-se, multiplicar-se até ao limite da imaginação. Foi o que fiz. E lá estava eu suplicante, ao colo da minha avó, a perguntar se a morte tinha cor e cheiro e se os lobos da sua aldeia longínqua não eram tão temíveis como os das gravuras dos livros que me assombravam as noites.

**José Jorge Letria**  
In «O livro branco da melancolia»



## A ECONOMIA, O EURO E A SEGURANÇA SOCIAL

**1.** As consequências económicas e financeiras da tragédia que se verificou nos Estados Unidos estão longe de estar inventariadas. Ao clima de abrandamento económico que já existia na maior parte dos países da União Europeia, e especialmente nos Estados Unidos, associa-se a difícil situação económica japonesa, o quase descalabro da Argentina (com forte impacto em todo o Mercosul), bem como as dificuldades de diferentes países do arco Ásia-Pacífico (nomeadamente a Coreia do Sul e Taiwan). O mau desempenho de muitas Bolsas, não devendo ser sobrevalorizado, traduz, em maior ou menor grau, algumas dificuldades de vários sectores económicos em muitos países.

**2.** A entrada em circulação física do euro, vai alterar muitos hábitos quotidianos e ter um enorme impacto, que será sentido de forma gradual, nos meios financeiros e

monetários internacionais. A conjugação das vantagens do euro com o impacto no mundo económico dos actos bárbaros cometidos em Nova Iorque e Washington exigem uma extrema atenção dos Governos europeus e norte-americanos, bem como actuações eficazes do Banco Central Europeu e da Reserva Federal norte-americana (que já baixaram em 0.5 por cento a taxa de juro).

**3.** Em qualquer contexto económico, de expansão acelerada ou moderada, o futuro dos trabalhadores portugueses terá de estar cada vez melhor garantido. Ao discurso de há uns anos que especulava sobre a falência da segurança social, sucedeu-se nos últimos anos um esforço de forte capitalização do sistema, com o cumprimento rigoroso da Lei de Bases da Segurança Social. É esse esforço de capitalização que é necessário desenvolver e consolidar, a bem dos reformados actuais e dos futuros reformados, ou seja

a favor dos trabalhadores e da estabilidade social.

**4.** Neste contexto, a criação de secções de execução, no âmbito da Segurança Social, como a que recentemente foi instalada no Porto, permite abrir novas perspectivas de mais rápida cobrança dos atrasados que ainda há relativos à Segurança Social, podendo exercer também um forte efeito dissuasor sobre tendências infractores.

**5.** O equilíbrio e os saldos da Segurança Social, no quadro da legislação em vigor e das regras da contabilidade nacional e europeia, contribuem para um menor défice do Sector Público Administrativo, ou seja, para um mais adequado cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Neste caso, o que é bom para os trabalhadores e para a Segurança Social é positivo para o equilíbrio orçamental e para a estratégia portuguesa de desenvolvimento económico e consolidação financeira.

## DIXIT

«A política externa dos EUA (tão terrivelmente dispendiosa e armamentista) de construir um escudo nuclear contra ataques de mísseis vindos do exterior não se adapta às realidades e ameaças reais do nosso tempo, relevando, pelo contrário, da época ultrapassada da "guerra fria"»  
**Mário Soares**  
«Expresso», 15 de Setembro

«O incrível da situação resulta da circunstância insólita de o inimigo não ter rosto nem se saber quem é e onde está»

**Idem, ibidem**

«É simplesmente hediondo piratear aviões civis cheios de passageiros e transformá-los em mísseis assassinos contra alvos civis peçados com milhares de pessoas»

**Vital Moreira**  
Público, 18 de Setembro

«Por isso, a condenação não pode ter ambages, a solidariedade com os Estados Unidos não pode sofrer tergiversações e a perseguição e punição dos culpados não pode ter contemplos»


**Idem, ibidem**

«Os Estados Unidos são os principais promotores e beneficiários da nova ordem económica, baseada na globalização do capitalismo internacional mas menos na globalização do bem-estar»

**Idem, ibidem**

«Isso não torna menos execráveis os Bin Laden deste mundo»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio		
6 meses	12 meses		
Valor		\$	

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio		
6 meses	12 meses		
Valor		\$	

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**António José Seguro**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

